

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – CORECON PR

24. PRÊMIO PARANÁ DE MONOGRAFIA

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

**ARRECADAÇÃO DE RECURSOS GOVERNAMENTAIS PARA O MUNICÍPIO DE
PINHÃO E O IMPACTO SOCIOECONÔMICO:
Análise sobre a Comunidade de Pocinhos entre os anos de 2010 a 2013**

PSEUDÔNIMO DO AUTOR: TURUNEN

CATEGORIA:

ECONOMIA PARANAENSE ()

ECONOMIA PURA OU APLICADA (X)

RESUMO

Essa pesquisa analisa a eficiência da política de uso de repasse federal, implantada através de Contrato de Repasse firmado com o Município de Pinhão, destinada à área rural da localidade de Pocinhos. Dada carência do Município em atender a tais necessidades apenas com a sua arrecadação, fez-se necessário lançar mão de tais políticas de uso de recursos federais realizada através de análise de projeto criado para melhorias e atendimento das necessidades dos agricultores diretamente ligados à Associação de Desenvolvimento do Vale do Rio D'Areia - Pinhão – Paraná. Por meio da metodologia quantitativa o estudo estima o montante de renda rural dos estabelecimentos amostrados junto à associação de agricultores e os capitais de acesso, através de um modelo de regressão que considera a renda total como variável dependente e os capitais como variáveis independentes, as análises empíricas permitem verificar a variância da renda total explicada pelas variáveis independentes. Os capitais são um conjunto de indicadores que medem os meios de vida dos estabelecimentos rurais, refletem as potencialidades do viver, com isso, procura-se evidenciar, através do cálculo dos capitais da região rural escolhida, se esta política foi benéfica e atendeu de fato à necessidades e carências da região, ou, no caso de não ter atendido, qual seria o direcionamento dessas políticas, para que pudessem realizar melhorias para estes que estão tão distantes de recursos. Destarte, realiza-se pesquisa bibliográfica por meio de investigação em livros, artigos científicos, revistas, periódicos, anais, teses, dissertações, e fontes documentais como: hipertextos da *internet*, bem como dados secundários como IBGE e IPARDES, visto que os dados coletados serviram para a caracterização e análises dos aspectos socioeconômicos do Município de Pinhão. Assim, também, para a elaboração do diagnóstico socioeconômico resultante dos benefícios alcançados por meio das Transferências Voluntárias realizadas nas modalidades de Convênios e Contratos de Repasse do Município de Pinhão, bem como análise dos benefícios trazidos pelos mesmos, realiza-se pesquisa de campo por meio de questionários aplicado às famílias beneficiadas, por uma amostra delimitada aos recursos arrecadados na área rural. Os resultados indicam que há distribuição normal para todas as variáveis, excluídos os *outliers*, mas apenas o capital humano explica as rendas agrícolas dos agricultores da região de Pocinhos, comprovando que quanto maior for o grau de estudo dos indivíduos, maior será sua renda total. Assim o investimento realizado com a aquisição de trator e implementos agrícola não atendeu eficientemente às necessidades da comunidade, visto que é um investimento em capital físico, o qual não explicou a renda da população.

PALAVRAS CHAVE: Transferências Voluntárias, Convênio, Contratos de Repasse, impacto de políticas na área rural.

ABSTRACT

This research analyzes the efficiency of the policy of using federal funding, implemented through Transfer Agreement signed with the Municipality of Pinhão, for the rural area of the village of Pocinhos. Given the lack of Municipality in meeting such needs only through tax revenues, it was necessary to undertake such policies using federal funds based on the analysis of design improvements and created to meet the needs of farmers directly linked to the Association Valley Development Rio D' Areia - Pinhão - Paraná. Through quantitative methodology the study estimates the amount of income of rural establishments sampled by the farmers' association and capital access, through a regression model that considers the total income as the dependent variable and capital as independent variables, the analysis allowed to verify the empirical analysis can explain the total income from capital. The capitals are a set of indicators that measure the livelihoods of rural establishments reflect the potential of living, thus, we seek to demonstrate, through the calculation of capital from rural chosen, if this policy was beneficial and actually met the needs and requirements of the region, or, in case it has not responded, what would be the direction of these policies, so they could make improvements for these who are so distant resources. Thus it holds literature through research books, papers, magazines, journals, proceedings, theses, dissertations, and documentary sources such as hypertext Internet, as well as secondary data and IBGE IPARDES, since the data collected served for the characterization and analysis of the socioeconomic aspects of the Municipality of Pinhão. So, too, for making the diagnosis of the resulting socioeconomic benefits achieved through the Voluntary Transfers made in terms of Covenants and Voluntary Transfer Municipality Pinhão and analysis of the benefits brought by them, carried out field research through questionnaires applied to beneficiary families, bounded by a sample to funds raised in the rural area. The results indicate that there is a normal distribution for all variables, excluding outliers, but only the human capital explains the agricultural income of farmers in the region of Pocinhos, proving that the greater the degree of study of individuals, the higher your total income. So the investment with the purchase of tractor and agricultural implements not answer efficiently to the needs of the community, since it is an investment in physical capital, which did not explain the income of the population.

KEYWORDS: Voluntary Transfers, Covenants, Contracts for Passthrough, the impact of policies in rural areas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Índice de desenvolvimento humano municipal, segundo municípios do território cantuquiriguaçu – Paraná (1991/2000-2010)	39
Tabela 02 – Correlação entre a variável explicada (rt) e as variáveis explicativas (capitais de acesso)	61
Tabela 03 – Coeficientes estatísticos para as variáveis independentes (capitais de acesso) e a variável dependente (rt)	62
Tabela 04 – Coeficientes estatísticos para as variáveis explicativas em relação à renda total	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Produto bruto da safra 2012/2013 distribuído percentualmente	52
Gráfico 02 – Composição percentual do produto bruto da comunidade de pocinhos	54
Gráfico 03 – Composição da renda total da safra 2012/2013 distribuída percentualmente por suas fontes	55
Gráfico 04 – Índice de sustentabilidade dos meios de vida para cada capital mensurado – safra 2012/2013.....	59
Gráfico 05 – Comparativo percentual entre gastos de uso e do investimento para aquisição trator e implementos agrícolas	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Composição da Renda Agrícola Total Safra 2012/2013.....	50
Quadro 02 – Composição da Renda Total - Safra 2012/2013.....	54
Quadro 03 – Teste de distribuição normal e de casos atípicos	56
Quadro 04 - Estatística descritiva para as variáveis independentes (capitais de acesso) e para a variável dependente (renda total) - Safra 2012/2013.....	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Meios de subsistência rural sustentável: um quadro para análise.	28
Figura 02 – Mapa do Paraná com destaque ao município de Pinhão.....	38
Figura 03 – Fluxo operacional de execução de convênios e/ou repasses entre municípios e o governo federal	44
Figura 04 – Relevo de paisagem da comunidade de pocinhos.....	48
Figura 05 – Clima e recursos hídricos comunidade de pocinhos.....	49
Figura 06 – Cultivo de mudas de eucalipto e pínus feito por agricultor.....	50
Figura 07 – Estradas de acesso à comunidade pocinhos.....	63
Figura 08 – Horta de verduras de agricultores da comunidade pocinhos	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
CADIN – Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal
CAUC – Cadastro Único de Convênios
FPE – Fundo de Participação dos Estados e Distritos
FPEX – Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITR – Imposto Territorial Rural
PR – Paraná
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SUS – Sistema Único de Saúde
TED – Transferência Eletrônica Disponível
TCU – Tribunal de Contas da União

LISTA DE SÍMBOLOS

% Porcentagem

Nº Número

Art. Artigo

R\$ Real

@ Arroba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. A INTERVENÇÃO ESTATAL E OS CAPITAIS DE ACESSO	19
2.1 – O LIBERALISMO E O NÃO INTERVENCIONISMO ESTATAL	19
2.2 – A INEFICIÊNCIA DO <i>LAISSEZ-FAIRE</i> E UMA NOVA VISÃO SOBRE O INTERVENCIONISMO ESTATAL	22
2.3 – O INTERVENCIONISMO ESTATAL KEYNESIANO.....	23
2.4 – OS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES E OS MEIOS DE VIDA	25
2.5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DO PINHÃO	38
3.1 – CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE PINHÃO	38
3.2 – RECURSOS PRÓPRIOS E DO TESOURO.....	42
3.3 – OUTRAS FONTES	42
4.IMPACTO SOCIOECONOMICO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NA COMUNIDADE DE POCINHOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2013.....	48
4.1 – ESPECIFICIDADES DO CONTEXTO AMOSTRADO	48
4.2 – A FORMAÇÃO DA RENDA E A MENSURAÇÃO DOS CAPITAIS.....	51
4.3 – O MODELO DE REGRESSÃO MULTIVARIADA.....	60
4.4 – PERCEPÇÕES EM RELAÇÃO ÀS PRINCIPAIS DIFICULDADES DO CONTEXTO AMOSTRADO	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
6. REFERÊNCIAS.....	70
7. APÊNDICE.....	74
7.1 – QUESTIONÁRIO	74

1. INTRODUÇÃO

Um dos principais critérios do desempenho de uma gestão municipal é a sua capacidade de promover impactos positivos na vida dos cidadãos, através do desenvolvimento econômico e social da população. Para isso o Governo Municipal conta com a disponibilidade de transferências e repasses dos Governos Estadual e Federal, uma vez que a maioria dos municípios brasileiros não apresentam capacidade arrecadatória suficiente. Para eles a fonte principal de recursos provém dessas transferências.

Como é usual na maioria dos países, os municípios brasileiros são responsáveis por uma parcela relativamente pequena da arrecadação, em média cerca de 88% das receitas municipais provêm de transferências dos entes federativos superiores. Como as transferências caem com o “tamanho” do município, a média ponderada pela arrecadação é bem menor, em torno de 68%. De todo modo, é um fato que os municípios, como o Pinhão, dependem essencialmente destas transferências, o que torna a relação entre os entes ainda mais complicada e sujeita a todos os problemas políticos (ARVATE; BIDERMAN, 2004).

Os repasses de recursos federais aos municípios, de acordo com Arvate e Biderman (2004), são efetuados por meio de três formas de transferências: (1) Transferências constitucionais: correspondem à parcela de recursos arrecadados pelo Governo Federal e repassados aos municípios por força de mandamento estabelecido em dispositivo da Constituição Federal; (2) Transferências Legais: são regulamentadas em leis específicas. Essas leis determinam a forma de habilitação, transferência, aplicação e prestação de contas e; (3) Transferências Voluntárias: definidas como a entrega de recursos correntes a título de cooperação, auxílio, ou assistência financeira, que não decorrem de determinação constitucional, legal ou os destinados ao SUS.

Em relação às transferências voluntárias, o Portal de Convênios (2013) estabelece que a sua operacionalização pode ocorrer tanto por meio de convênios, quando há um “acordo ou ajuste que discipline a transferência de recursos financeiros [...] visando à execução de programa de governo, para a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação”, como também através do contrato de repasses,

quando ocorre que “o instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União”, note-se que Contratos de Repasse se assemelham aos Convênios quanto à seus fins (executar, de forma descentralizada, objeto de interesse comum entre os partícipes). Mas, segundo Pinheiros (2011), “diferencia-se do convênio pela intermediação de uma instituição ou agente financeiro público federal, que atuará como representante da União na execução e fiscalização da transferência”.

A atuação do Estado por meio dos repasses e convênios dentre muitos dos objetivos busca corrigir as falhas nos mercados ou então reduzir as disparidades sociais. Dentro deste contexto, políticas públicas voltadas ao meio rural, sobretudo em regiões de predominância da agricultura familiar, buscam incentivar grupos a produzir localmente no intuito de elevar a renda rural proporcionando uma melhoria nos padrões de vida destas famílias.

O modo familiar de produção está em constante mudança, desde o seu conceito teórico, bem como as suas relações produtivas, influenciadas principalmente a partir da sua relação com o mercado. Um exemplo disso é a própria formação da renda rural, que ao longo do tempo deixou de ser puramente agrícola.

As diferentes funções assumidas pelos agricultores fizeram com que as fontes de renda da agricultura familiar se diversificassem, os estabelecimentos agrícolas passaram a ter diferentes relações produtivas resultando em rendas de caráter agrícola e não agrícola. As estratégias adotadas pelas famílias rurais juntamente com as políticas implantadas pelo Estado são o grande diferencial para a formação da renda e redução das desigualdades sociais no campo, possibilitando assim a melhoria dos padrões de vida das regiões rurais.

Pequenos municípios brasileiros são responsáveis por uma parcela relativamente pequena de arrecadação. Municípios agrícolas dependem em muito das políticas públicas para manter um certo nível de crescimento, visto que há a redução do volume de transferências conforme o tamanho do município, a média de receitas municipais, provenientes dos entes federativos superiores, também decrescem, tornando os recursos insuficientes para manter os serviços e os investimentos necessários ao bem estar da população.

A falta de recursos para a execução de obras para melhoria do bem social e econômico do município, bem como esses conflitos econômicos, resultam na execução de obras de baixa qualidade ou mesmo na falta das mesmas. Assim, pergunta-se: Quais os efeitos da correta aplicação dos recursos públicos e a busca pelos mesmos para a redução das vulnerabilidades e o aumento da renda de famílias residentes em comunidades rurais?

As análises teóricas e empíricas dessa investigação têm por pressuposto verificar as seguintes hipóteses: (1) O esforço do município em conseguir recursos, realizando parcerias e melhorias para o desenvolvimento, acaba por gerar impactos positivos sobre a população beneficiada com a política, principalmente social e economicamente; (2) Os capitais apresentam relevância significativa na explicação da formação da renda total nas regiões rurais, sobretudo o capital físico, ressaltando a importância da política que visa o fortalecimento destes capitais.

O Objetivo Geral desse estudo consiste em realizar uma análise empírica à respeito da contribuição dos cinco capitais (Natural, Físico, Humano, Financeiro e Social) na formação da renda total dos estabelecimentos rurais, verificando a eficiência das políticas públicas na formação da renda rural na comunidade Pocinhos, localizada no Município de Pinhão – PR. De forma específica pretende-se verificar os benefícios econômicos para a Comunidade Pocinhos originados do contrato de repasse realizado pela política de investimento e projetos do Município de Pinhão para o período de 2010 a 2013, mensurar o montante da renda total dos estabelecimentos amostrados, estimar o percentual dos capitais nestes estabelecimentos, e relacionar os capitais com a formação da renda total.

Para este fim, além deste Capítulo introdutório, o Capítulo Dois apresenta uma revisão da literatura em relação à intervenção estatal e aos capitais de acesso, abarca ainda os procedimentos metodológicos empregados. O Capítulo Três apresenta a caracterização do Município de Pinhão em seus aspectos econômicos e sociais, bem como o funcionamento do sistema de Repasses por Transferências Voluntárias (Convênios e Contratos de Repasse), e os montantes repassados entre os anos de 2010 e 2011. O Capítulo Quatro apresenta os resultados da pesquisa, e por fim as considerações finais.

2. A INTERVENÇÃO ESTATAL E OS CAPITAIS DE ACESSO

2.1 – O Liberalismo e o não intervencionismo Estatal

Desde suas primeiras formulações, no século XVII, o liberalismo é uma filosofia ou um conjunto de filosofias que defendeu a existência de um Estado *laico e não intervencionista*. Laico, por não estar vinculado a nenhuma crença religiosa, com total interdependência do Estado em suas organizações e funções.

O Estado não intervencionista surge por oposição ao controle que as monarquias absolutistas exerciam sobre o comércio durante os séculos XVI e XVII, cuja expressão era o monopólio estatal típico do mercantilismo ou capitalismo comercial. O Liberalismo é considerado como uma doutrina que busca o desenvolvimento da liberdade pessoal individual como meio para o progresso da sociedade.

As principais características do Liberalismo, segundo Brue (2006) estão divididas em cinco, sendo elas: Envolvimento mínimo do governo; Comportamento econômico de autointeresse; Harmonia de interesses; Importância de todos os recursos e atividades econômicas; e Leis econômicas. Destas, a de maior interesse para este estudo é a referente ao *envolvimento mínimo do governo* nos assuntos econômicos.

Envolvimento mínimo do governo. O princípio da escola clássica era que o melhor governo governa o mínimo. As forças do mercado livre e competitivo guariam a produção, a troca e a distribuição. A economia era considerada auto-ajustável e tendendo na direção do emprego total sem intervenção do governo. A atividade do governo deveria ser limitada à aplicação dos direitos de propriedade e ao fornecimento da defesa nacional e da educação pública (BRUE, 2006, p. 48).

O Estado não deve interferir na economia ou intervir somente o mínimo inevitável, uma vez que o liberalismo defende a propriedade privada. O funcionamento da economia se dá a partir do princípio do lucro e da livre iniciativa, o que desenvolveria o espírito empreendedor e competitivo (OLIVIERI, 2005). Em Brue (2006, p.50), “os governos eram notoriamente esbanjadores e corruptos e, nas

circunstâncias, quanto menos intervenção do governo, melhor”, citando Adam Smith, e a sua crença na harmonia dos interesses e *laissez-faire*, sobre o qual ele diz:

[...] A maior impertinência e imprudência estão, portanto, nos reis e nos ministros, por fingirem zelar pela economia das pessoas e por impedirem a despesa delas, ou pelas pomposas leis ou por proibir a importação dos luxos estrangeiros. Eles mesmos são sempre e, sem exceção, os maiores esbanjadores na sociedade. Deixe-os cuidar bem de sua própria despesa, e eles podem, seguramente, deixar as pessoas privadas cuidarem das suas. Se sua própria extravagância não arruína o Estado, a de seus súditos nunca o arruinará (SMITH *apud* BRUE, 2006, p. 71).

A conduta do *laissez-faire*, defendida por Adam Smith, explicada por Hunt (1982), nos diz que mesmo que o indivíduo pudesse agir de maneira egoísta, em busca do benefício próprio, havia ainda assim em sua ação, o que Smith chamou de “Mão Invisível”, o *funcionamento sistemático de leis naturais* que guiava esses atos promovendo harmonia. O ponto culminante do capitalismo seria alcançado então apenas quando o Governo adotasse a política de *laissez-faire*.

No contexto desta teoria da História, o capitalismo representava o estágio mais alto de civilização e atingiria seu ponto culminante, quando tivesse evoluído para um estado em que o Governo tivesse adotado uma política de *laissez-faire*, permitindo que as forças da concorrência e o livre jogo da oferta e da procura regulassem a economia, que ficaria quase que completamente livre das restrições do Governo ou de suas intervenções. Toda a estrutura de *A Riqueza das Nações* leva às conclusões de *laissez-faire*, de Smith (HUNT, 1982, p. 78).

De tal modo, Hunt (1982, p. 81) ainda afirma que “Smith concluiu que as intervenções, as regulamentações, e os subsídios do Governo, tendiam a alocar mal o capital e a diminuir sua contribuição para o bem-estar econômico”. Afirmou ainda, que para Smith “estes atos do Governo tendiam a restringir os mercados, reduzindo, assim, a taxa de acumulação de capital e diminuindo o grau de divisão do trabalho, e, com isso, o nível de produção social”.

A influência de Smith nas doutrinas econômicas socialmente conservadoras destes dois últimos séculos está principalmente em sua crença de que, numa economia de mercado concorrencial, *laissez-faire* e capitalista, o mercado livre dirigia todos os atos egoístas, gananciosos e voltados para o lucro para um “sistema óbvio e simples”, socialmente benéfico e harmonioso, “de liberdade natural” (HUNT, 1982, p. 81).

Além de Adam Smith houveram outros autores que escreveram defendendo a ideia do “não intervencionismo” do Governo, tais como:

- Thomas Malthus, que defendeu a ideia de que a pobreza e a miséria são inerentes às classes inferiores como uma forma de restringir a reprodução, concluindo que o governo não deveria ajudar aos pobres, pois assim interferiria na lei natural das coisas e apenas agravaria o problema da fome. Em Hugon (1984, p. 114), é possível perceber a aversão de Malthus quanto a intervenção do Estado na área social, por julgar tal interferência inútil e danosa à sociedade, sendo terminantemente contra a “Lei dos Pobres”¹ por considerar impossível dar mais a um sem reduzir a quota a ser distribuída a outro, uma vez que a quantidade dos gêneros de primeira necessidade se mantivessem constantes²;
- David Ricardo, segundo o qual os salários deveriam sofrer as reações da livre concorrência de mercado, sem interferência do governo, pois ao interferir a ação do governo resultaria no oposto do pretendido, e ao invés de transformar pobres em ricos, transformasse os ricos em pobres. Segundo aponta Souza (1997, p.111), também Ricardo era contra a “Lei dos Pobres, por considerar que ao se comprometer com a alimentação dos pobres o Estado “estaria estimulando a manutenção de elevadas taxas de crescimento demográfico”. Da mesma forma, foi terminantemente contra a “*Corn Law*”³. Ricardo demonstrou em um de seus trabalhos que a proteção aos produtores nacionais de cereais menos eficientes fazia aumentar a proporção da renda da terra e dos

¹ (SILVA JR, 2012) A Lei dos Pobres de 1601 surgiu como consequência do aumento excessivo da população inglesa, da cobrança religiosa para que o Estado provesse condições aos menos favorecidos e por um controle hegemônico perante a população. Por essa lei o parlamento inglês intitulava religiosos como “inspetores dos pobres”, estes deveriam tomar conta dos pobres, ensinando-lhes uma profissão, o ofício religioso para que fossem obedientes e fiéis ao sistema, manter ordem no “asílo”, cuidando da alimentação e saúde, e mesmo, procurando um trabalho remunerado para as pessoas carentes.

² (HUGON, 1984) Entende-se por gêneros de primeira necessidade os produtos indispensáveis à subsistência, que servem para a alimentação do homem. Assim, nesse ponto deve-se notar o pensamento de Malthus que dizia que a população aumenta numa progressão geométrica, enquanto os meios de subsistência cresciam segundo uma progressão aritmética, e portanto em sua previsão, caso não fossem tomadas as devidas providências a sociedade entraria no caos pela falta de tais gêneros de primeira necessidade.

³ (HOLANDA, 1996, p. 8) *Corn Law* eram “leis inglesas que sobretaxavam os cereais importados abaixo de determinado nível de preços, com o objetivo de proteger os produtores nacionais da concorrência externa”.

salários em relação ao lucro, reduzindo a intensidade de crescimento da economia.

- Stuart Mill, afirmou que as coisas feitas pela intervenção estatal são menos bem feitas, do que seriam caso o fossem pelo próprio indivíduo interessado. Em seu entendimento as pessoas cuidam melhor de seus interesses do que qualquer governo seria capaz de fazer.

E mesmo Jeremy Bentham, que pode ser utilizado para criar uma ponte de ideias entre o Liberalismo e o Intervencionismo, entre outros.

2.2 – A Ineficiência do *laissez-faire* e uma nova visão sobre o Intervencionismo Estatal

A história e os estudiosos teóricos que se seguiram, mostraram a ineficiência do *laissez-faire* como política pública para lidar com depressões econômicas, monopólios, efeitos externos de ações privadas, provisões de bens de benefício indivisíveis (bens públicos), entre outros. O livre mercado é relacionado então com a má qualidade e altas taxas de mortalidade.

Vindas de duas causas, as duas agravadas por essas novas leis. A primeira é a pobreza das massas, que, se possível, será aumentada pela taxaço imposta pelas novas leis. A segunda é que as pessoas nunca tiveram permissão de cuidar de si mesmas. Elas sempre foram tratadas como servos ou crianças e têm, até certo ponto, se tornado, com relação àquilo que o governo passou a fazer por elas, imbecis (...). Há um mal maior do que o tifo ou a cólera ou a água impura, e este é a imbecilidade mental (ECONOMIST *apud* BRUE, 2006, p. 51).

Embora Jeremy Bentham, segundo Hunt (1982, p. 151) acreditasse que a interferência do Governo no livre mercado teria grandes probabilidades de diminuir o nível de produção, “nenhuma regulamentação e nenhum tipo de esforço por parte dos interessados ou dos governantes poderiam aumentar a quantidade de riqueza produzida em determinado período”. Também escreveu que “a interferência do Governo, na medida em que ofereça a mínima vantagem, deve ser vista com bons olhos”.

Suponhamos um aumento do hábito da frugalidade – escreveu ele. “Seu primeiro efeito será diminuir o total de gastos em consumo.” Seu efeito sinal

dependeria de como a poupança fosse usada. “Suponhamos” – continuou ele – “que a moeda, em vez de entrar em circulação, ficasse, durante algum tempo num baú”. Nesse caso – argumentava Bentham – se o Governo aumentasse a quantidade de moeda em circulação, “a moeda introduzida (...) se transformaria numa fonte de riqueza cada vez maior”. (...) A segunda razão para a interferência do Governo no mercado seria diminuir os efeitos socialmente prejudiciais de grandes desigualdades de riqueza e de renda. Bentham achava que a capacidade de uma pessoa de beneficiar-se com o dinheiro diminuía à medida que ela ganhasse mais dinheiro. Em moderna terminologia da utilidade, ele achava que o dinheiro tinha uma utilidade marginal decrescente. Portanto, *ceteris paribus*, uma medida governamental que redistribuísse o dinheiro dos ricos para os pobres aumentaria a utilidade total agregada da sociedade (HUNT, 1982, p. 151).

A intervenção do governo é apontada em Hunt (1982, p. 152) a partir de Jeremy Bentham, como reformas que deveriam elevar o bem estar social, redistribuindo as riquezas. A instituição deveria ter característica benevolente e imparcial sem que houvesse interesse eleitoreiro, “indagar se os legisladores teriam mais probabilidade de beneficiar-se materialmente, promovendo os interesses dos pobres ou os interesses dos ricos, a dificuldade inerente à crença de Bentham na reforma social benéfica por um governo justo e imparcial ficaria óbvia”.

A economia clássica apresentava uma característica dúbia, “além de sua ênfase excessiva no *laissez-faire*, a economia clássica era ambígua, deficiente ou errada em várias áreas da análise econômica”, (BRUE, 2006, p.51).

2.3 – O Intervencionismo Estatal Keynesiano

A economia norte-americana apresentou forte desenvolvimento durante a Primeira Guerra Mundial, enquanto suas indústrias cresciam e expandiam seu mercado de exportação para os países europeus. Esse quadro próspero continuou mesmo após o fim da Guerra. Souza (1997, p.54) aponta que “durante os anos de 1920, a economia norte-americana cresceu 54%, contra 25% na década anterior”.

Uma vez reconstruídas as nações europeias reduziram a importação de produtos industrializados e agrícolas dos Estados Unidos em uma escala drástica. Não tendo para onde escoar seus produtos, os EUA enfrentou uma superprodução sem demanda correspondente. Como a maioria das empresas norte-americanas possuíam ações na Bolsa de Valores, ao perceber a desvalorização das ações se iniciou uma correria de investidores para vendê-las, fazendo com que se

desvalorizassem rapidamente, e “do dia para a noite” empresas faliram e ricos ficaram pobres. Nas palavras de Souza (1997, p. 54) “a queda da Bolsa de Nova Iorque, em outubro de 1929, desencadeou uma crise sem precedentes na economia norte-americana”.

A ausência de investidores teve como consequência a desgraça de muitos investidores, a intensificação de greves e protestos. Nos estudos de Keynes a recusa do capitalista em investir se torna uma incógnita interpretada por ele como uma das principais causas da crise, assim sendo, na situação criada pela carência de demanda efetiva Keynes preconizou a necessidade do Estado assumir a função da demanda para fazer o setor privado “voltar aos trilhos”.

John Maynard Keynes com certeza se destacou com suas teorias de intervencionismo governamental, ele tinha uma predileção pelas obras públicas úteis, como construção de escolas, hospitais, parques e outras comodidades para o público, embora percebesse que, provavelmente, beneficiariam muito mais aos indivíduos de renda média e mais baixa do que os ricos.

Em seu livro “Teoria Geral” Keynes (1936) explica:

O Antigo Egito tinha uma dupla sorte e, sem dúvida, devia a ela sua fabulosa riqueza, pois tinha duas atividades, ou seja, a construção das pirâmides e a busca de metais preciosos, cujos frutos, como não podiam servir para atender às necessidades do homem pelo consumo, não se deterioravam com a abundância. A idade média construía catedrais e entoava cantos fúnebres. Duas pirâmides, duas missas para os mortos são duas vezes melhor do que uma: mas isto não acontece com duas estradas de ferro de Londres a York. (KEYNES, 1936, p.131)

A intervenção do Estado na economia era encarada por Keynes (1936, p. 380) como uma necessidade de sustentar o sistema econômico. Para ele o governo teria de assumir e reforçar funções bem específicas, aumentando os investimentos do setor público para conter o desemprego e a depressão. Os investimentos públicos seriam “o único meio exequível de evitar a destruição total das instituições atuais e como condição de um bem sucedido exercício da iniciativa individual”.

Keynes tentou abandonar a premissa da automaticidade do mercado para salvar o capitalismo da autodestruição. Quis, porém, manter a fé na teoria da destruição baseada na produtividade marginal e a fé na eficiência alocadora do mercado. Quis que o Governo interviesse o mínimo possível na busca de lucros dos capitalistas e, mesmo assim, só para impedir desastre (HUNT, 1982. p.449)

O entendimento de até onde o governo pode intervir e quando ele deve se retirar para que o mercado se ajuste sozinho vêm das valorosas contribuições de Keynes (1936). Ao longo da história da sociedade é possível identificar o modo como o governo se faz necessário para regular a economia, preços, inflação, taxas de juros, redistribuição de renda, saúde pública e segurança para a sociedade.

As políticas públicas devem ser pensadas no sentido de corrigir as falhas estruturais e de mercado. No que diz respeito ao meio rural, devem regular mercados e garantir a renda do agricultor, mantendo seu abastecimento de alimentos. A produção incerta, decorrente das sazonalidades e a inelasticidade da oferta, afetam a renda do agricultor, esta característica é a principal diferença estrutural entre a indústria e a agricultura (LEITE, 2009).

O Estado, segundo Leite (2009), deve intervir por meio de políticas públicas, no meio agrícola, uma vez que a tecnificação contribui para o aumento da oferta, mas sem que ocorra a expansão da demanda. A tecnificação aliada às sazonalidades e a inelasticidade da oferta impacta negativamente nos preços dos produtos agrícolas, ocasionando a redução da renda dos agricultores. Estas falhas podem ser amenizadas via políticas públicas, destinadas a proteger a renda dos estabelecimentos agrícolas, sobretudo aqueles com característica familiar.

2.4 – Os estabelecimentos familiares e os meios de vida

A agricultura familiar apresenta como principal característica o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra essencialmente o núcleo familiar. Nessa forma de agricultura predomina a interação entre gestão e trabalho, são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

Para Wanderley (1998) o produtor familiar é um proprietário que trabalha, sendo agricultor, já sua família são os trabalhadores e a sua propriedade familiar o estabelecimento, podendo ser associada com uma empresa e o agricultor comparado com o empresário capitalista. Contudo cabe ao agricultor assegurar os recursos para a sua reprodução patrimonial.

A composição e as várias fases da evolução da família são as forças que determinam a capacidade de força de trabalho e a dimensão das necessidades de consumo. Assim, a chamada economia camponesa⁴ não pode ser vista como um modo de produção propriamente dito, mas como uma forma de organizar a produção que se reproduz no interior de diferentes modos de produção (WANDERLEY, 1998).

A intensificação das relações entre o meio rural e urbano, e conseqüentemente a maior interação da agricultura com o mercado, faz com que a mesma passe por novos desafios e limitações, caracterizando o agricultor pela mercantilização da agricultura familiar. Novas formas são atribuídas aos padrões de agricultura, de modo que se dividem entre modelo empresarial capitalista e modelo de agricultura familiar. Ploeg (2006, p. 17) afirma existirem três dimensões nesta agricultura, mas que não podem ser classificadas com exatidão: “a agricultura capitalista, a empresarial, e a camponesa, com relações que se sobrepõem”.

Entender a estratégia de formação de renda é o princípio para reduzir a pobreza. A diversificação dos meios de vida é vista como uma importante aliada para acabar com a miséria e as vulnerabilidades, sendo para Ellis (2000) uma “política de combate à pobreza”, é importante ressaltar que para o autor a pobreza assume um papel mais amplo do que meramente o monetário, referindo-se também às questões de capacidades e do acesso aos recursos, os quais para Schneider (2010) são mecanismos que diversificam as estratégias reduzindo riscos e vulnerabilidades, e tornam os agricultores mais capacitados auferindo-lhes maiores oportunidades de escolha.

Dentro das estratégias da agricultura familiar, segundo Ternoski e Perondi (2013) os investimentos que facilitem o acesso aos recursos são os grandes responsáveis em determinar os meios de vida rural, resultam na expansão das oportunidades destas famílias. De acordo com Scoones (1998) a habilidade para buscar diferentes estratégias de subsistência depende dos ativos tangíveis e intangíveis que as pessoas possuem, tais recursos de subsistência podem ser vistos como a base de capital de diferentes fluxos produtivos.

As estratégias de renda estão condicionadas às capacidades para executá-las, capacidades estas medidas pelos capitais, quanto maior o nível de capitais de

⁴ Cabe destacar a definição de campesinato segundo as Palavras de Wanderley (2004, p. 45) “é uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica”.

um estabelecimento agrícola, maiores são as oportunidades encontradas. Os capitais determinam os meios de vida e se refletem nas potencialidades do viver, são divididos em: Capital Natural, Capital Físico, Capital Humano, Capital Financeiro e Capital Social.

Lançando mão das definições utilizadas em Ternoski e Perondi (2013) e do que para Scoones (1998) seria um simples conjunto de definições, passíveis de investigação empírica, oferecidas desses capitais, tem-se que:

- Capital Natural: os estoques de recursos naturais (solo, água, ar, etc.) e serviços ambientais (ciclo hidrológico, a poluição, etc.) a partir do qual os fluxos de recursos e serviços úteis para a subsistência são derivados, ou seja, verificar as práticas adequadas de manejo e preservação dos recursos naturais;
- Capital Financeiro: o capital base (dinheiro, crédito/débito, poupanças, e outros ativos econômicos. Reflete ainda a disponibilidade de seguros e de bens de fácil liquidez, e nesse caso, o valor líquido recebido na última safra por Unidade de Trabalho Homem - UTH) que é essencial na busca de qualquer estratégia de subsistência, isto é, coloca a estratégia das famílias em prática;
- Capital Humano: a competência, conhecimentos, habilidade para o trabalho, boa saúde e capacidade física, importantes para o sucesso de diferentes estratégias de subsistência, logo, investe na educação e formação do indivíduo, para que este adquira novas habilidades produtivas;
- Capital Social: recursos sociais (redes de relações sociais, associações e afiliações) que as pessoas constituem para buscar diferentes estratégias de subsistência que necessitam de ações coordenadas, expressa uma rede de organizações e instituições que vai desde a participação do indivíduo como integrante até sua inclusão na diretoria;
- Capital Físico: Estoque de equipamentos e estruturas utilizados na produção de bens e serviços é constituído por máquinas, equipamentos, edifícios e demais instrumentos utilizados na produção.

O diagrama apresentado a seguir faz uma análise dos meios de vida sustentáveis em um esquema interpretativo de subsistência que destaca a relação existente entre os diferentes elementos do sistema:

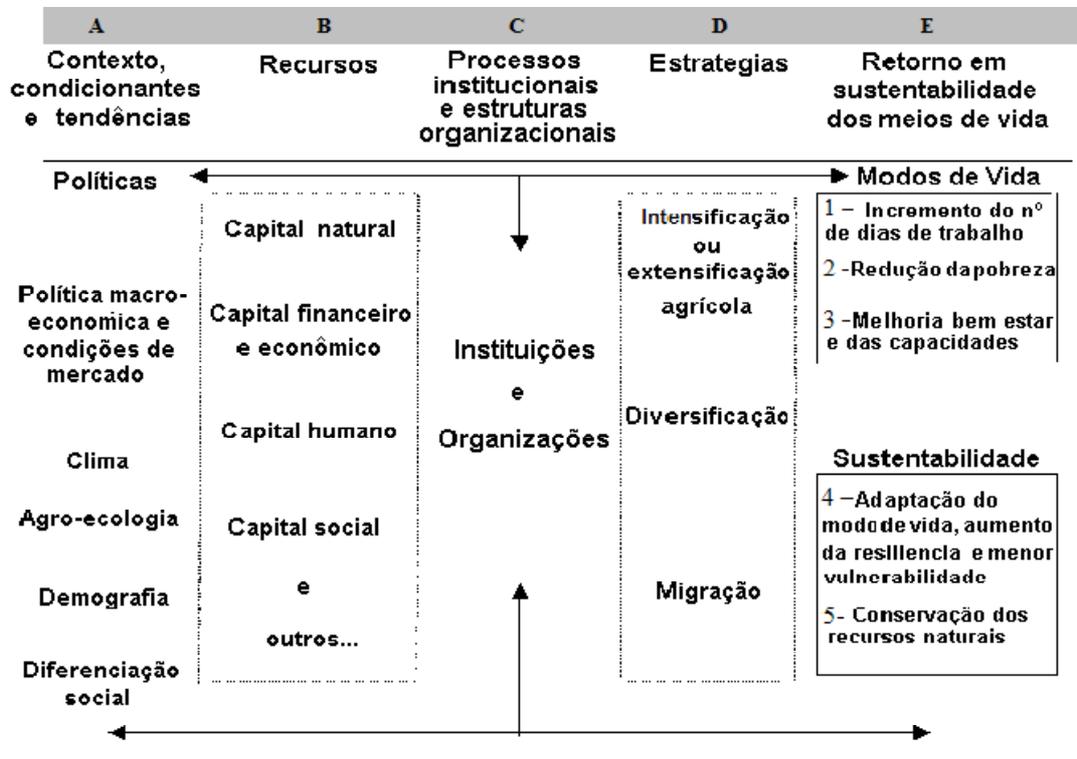


Figura 01 – Meios de subsistência rural sustentável: um quadro para análise.

Fonte: SCOONES (1998, p. 4, tradução livre)

Para compreender a Figura 01 é preciso atentar-se às colunas, indo de A para E, onde se tem segundo a explicação apresentada por Perondi e Schneider (2012) ao analisar o mesmo quadro: a coluna A seria o contexto no qual o indivíduo está inscrito; a coluna B seriam os recursos de subsistência; a coluna C, instituições e organizações reguladoras do acesso aos recursos; a coluna D representa as diferentes estratégias resultantes da junção dos recursos às possibilidades de acesso aos mesmos; e por fim a coluna E representaria, num retorno social, os possíveis resultados alcançados pelo meio de vida dos indivíduos, segundo o próprio entendimento do autor do que seria um meio de vida sustentável.

De acordo com Sen (2000, p. 29) o desenvolvimento do país está atrelado às oportunidades que o mesmo oferece à população, sendo um problema a questão das privações que impedem a liberdade de acesso, uma vez que o autor considera ser comum que pessoas carentes estejam condicionadas a situações desfavorecidas de oportunidades básicas de “acesso à serviços de saúde, educação

funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social”. Reforçando ainda mais as ideias de Sen em Lacerda *et al* (2010) o desenvolvimento humano é medido por meio de parâmetros sem os quais as oportunidades e alternativas não seriam acessíveis.

Para Navarro (2001, p. 06) o Estado é considerado como sendo o “agente indutor” com poder de propor e impor políticas que levem ao desenvolvimento rural. Assim, uma possível redução das desigualdades estaria em políticas de acesso voltadas para as atividades e bens das pessoas a fim de expandir as oportunidades, reduzir as restrições.

2.5 – Procedimentos Metodológicos

A realização desse trabalho a respeito da arrecadação de recursos governamentais para o município de Pinhão, para o período de 2010 a 2013 e o impacto econômico sobre os estabelecimentos agrícolas da comunidade de Pocinhos, foi possível por pesquisas bibliográficas por meio de investigação em livros, artigos científicos, revistas, periódicos, anais, teses, dissertações, e fontes documentais: hipertextos da Internet, bem como dados secundários do IBGE e IPARDES, visto que os dados coletados serviram para a caracterização e análises dos aspectos socioeconômicos do Município de Pinhão.

Para tanto, esta pesquisa tem como fundamento o método científico dedutivo, ao qual segundo Gil (1994) parte do geral e, a seguir ao particular. O raciocínio dedutivo parte de princípios considerados como verdadeiros e indiscutíveis para chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica. Esta pesquisa tem como enfoque um estudo de caso da comunidade rural de Pocinhos entre os anos de 2010/2013, sendo que nos anos de 2010 e 2011 ocorreu o trâmite documental de planejamento, proposta e execução do contrato firmado junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, sendo os anos 2012 e 2013 o período de análise de safra agrícola realizada com equipamento objeto de contrato.

Para a elaboração do diagnóstico socioeconômico resultante dos benefícios alcançados por meio das Transferências Voluntárias realizadas na modalidade de

Contrato de Repasse do Município de Pinhão, a análise dos benefícios trazidos pelo mesmo, será realizada pesquisa de campo por meio de questionário adaptado de Perondi (2007) (ver Apêndice I), aplicado às famílias beneficiadas, por uma amostra delimitada aos recursos arrecadados na área rural.

Segundo Joséfi (2011) "população" em Estatística é o conjunto de pessoas/itens que apresentam características próprias e comuns a um dado fenômeno, elas podem ser: Finita (nesses casos o número de observações é limitado, e a análise das informações deve abordar o grupo todo), e infinita (o número de elementos é muito elevado, sendo considerado infinito). Havendo a dificuldade de se trabalhar com o número total da população (seja pelo número elevado de indivíduos, pelo custo da pesquisa, pela agilidade do processo, ou mesmo pela viabilidade do mesmo) opta-se pela análise da população através do processo abordagem de estimação, utilizando de uma amostra, que vem a ser um subconjunto, não vazio, representativo de uma população.

Como a população ainda se mostra expressiva recorre-se ao uso da estatística para selecionar um grupo menor, de forma aleatória, que expresse as características da população como um todo. O tamanho da amostra que seja representativa dependerá da precisão determinada pela quantidade \mathcal{E} que será denominada erro e do coeficiente de confiança $(1-\alpha)$. Para identificar o tamanho da amostra, usa-se a seguinte fórmula:

$$n' = \left(\frac{z}{\mathcal{E}} \right)^2 P(1 - P) \quad (01)$$

Onde:

n' = é o tamanho da amostra ajustada;

\mathcal{E} = é o erro pré-fixado;

P = a proporção a priori a favor de uma determinada característica de maior interesse;

z = um valor associado ao nível de confiança.

Quando é conhecido o tamanho da população (N), que neste caso se refere aos 27 associados da Associação de Desenvolvimento do Vale do Rio D'Areia, beneficiária da referida transferência de recursos, o tamanho da amostra

pode ser calculado através da forma usada como uma correção para a equação anterior (COCHRAN, 1986):

$$n = \frac{n'}{1 + \frac{(n'-1)}{N}} \quad (02)$$

Onde:

n' = é o tamanho da amostra ajustada;

n' = é o tamanho da amostra calculado;

N = é o tamanho da população;

Conhecido a população total que neste caso corresponde a 27 associados ativos o número amostral é determinado a partir do erro admitido, que para este caso foi de 9,2% e um nível de significância estatística de 95%, parâmetros estes determinados em decorrência das dificuldades de acesso a todos os associados e ao custo da pesquisa. Assim o tamanho amostral foi determinado em 21,96 famílias. Como não podem existir agricultores fracionados o tamanho amostral foi arredondado para cima, ou seja, 22 famílias.

Ao verificar o número de habitantes do estabelecimento por meio dos questionários, ver apêndice 01, foi possível o cálculo do montante de trabalhadores na Unidade de Produção Agrícola (UPA) - que é o número de horas, ou dias, que cada pessoa se dedica à unidade de produção, o cálculo seguiu a metodologia de Lima *et al* (1995) e do Incra (2011).

Para o cálculo da Unidade de Trabalho Homem (UTH), são considerados 0,5 UTH para crianças, entre 7 e 13 anos, 0,65 UTH para as faixas entre 14 e 17 anos, 1 UTH para adultos de 18 à 59 anos, e 0,75 UTH para pessoas acima de 60 anos de idade. Sendo que 1 UTH representa 300 dias trabalhados no ano, com uma jornada média de 8 horas/dia.

Através da metodologia de análise de sistemas de produção do INCRA (2011) e Lima *et al* (1995) é possível calcular a renda total dos estabelecimentos obtida a partir do somatória da renda agrícola (Ra), renda de transferências sociais (Rtrs), Renda de trabalhos agrícolas para fora da unidade de produção (Ragf), Renda não agrícola (Rna) e outras fontes de renda (Oufr). A renda agrícola é obtida a partir do

cálculo do Produto Bruto (PB), que descontados as despesas com Consumo Intermediário (CI), Valor Agregado Bruto (VAB) e Depreciação (K), obtém-se a renda agrícola na forma líquida, para tanto se tem:

- *Produto Bruto*⁵ (PB): como o valor de toda a produção, desde a produção vendida e estocada até a de consumo família; que neste estudo compreenderá a safra 2012 e 2013. A safra agrícola 2012/2013 corresponde ao período em que a “Patrulha agrícola” obejeto da política pública começou a ser utilizada pelos agricultores, já o período de 2010 a 2011 corresponde apenas o trâmite legal e de organização da documentação para o repasse do recurso. O PB é obtido pela expressão:

$$PB = PBV + PBOA + PBTC + PBE + PBP + PBA \quad (03)$$

Onde:

PB = Produto Bruto;

PBV = Produto Bruto de Origem Vegetal;

PBOA = Produto Bruto de Origem Animal;

PBTC = Produto Bruto de Transformação Caseira;

PBE = Produto Bruto de Extrativismo;

PBP = Produto Bruto de venda de Pastagens;

PBA = Produto Bruto de com Arrendamentos.

- *Consumo intermediário* (CI): é o valor total de insumos e produtos adquiridos e/ou consumidos ao longo de um ano, para a produção vegetal, animal e transformação caseira. O Cálculo do Consumo intermediário é a soma de todos os insumos da produção.
- *Valor Agregado Bruto* (VAB): expressa o montante bruto gerado no estabelecimento agrícola, e é obtido a partir do cálculo do PB deduzido o CI, pela expressão:

$$VAB = PB - CI \quad (04)$$

⁵ Em Lima (1995) e Incra (2011) o termo é tratado como produto bruto, no entanto de acordo com alguns autores de contabilidade social poderia ser interpretado como produção bruta.

- *Depreciação (K)*: é o desgaste do bem e conseqüentemente a perda de seu valor, para o cálculo da Depreciação é necessário ter presente o valor dos bens novos e a vida útil dos mesmos, considerando ainda que todos os bens possuem um valor ao final de sua vida útil, mesmo que, na pior das hipóteses, o valor de sucata. Para Calcular a Depreciação dos bens deve-se seguir a seguinte fórmula:

$$D = \frac{VN - VR}{VU} \quad (05)$$

Onde:

D = Depreciação (anual);

VN = Valor dos bens Novos;

VR = Valor Residual;

VU = Vida Útil (em anos).

Já o cálculo da Depreciação e manutenção das instalações, deve ser feito a partir da enquete referente à estrutura da unidade de produção com base na orientação e referências fornecidas.

- *Valor Agregado Líquido (VAL)*: este indicador mostra quanto sobrou da conta da produção. Para determinar o VAL, usa-se a seguinte fórmula:

$$VAL = PB - CI - D \quad (06)$$

- *Divisor do Valor Agregado (DVA)*: são os desembolsos feitos pelo agricultor pelo uso da terra, tais como arrendamentos, pagamentos de impostos, pagamento de sindicatos, salários permanentes e pagamentos de juros pela utilização da linha de crédito;
- *Renda Agrícola (Ra)*: é a parte do valor agregado que fica com o produtor e sua família para remunerar e aumentar o seu capital pessoal, e é dada pela expressão:

$$Ra = VAL - DVA \quad (07)$$

Além das rendas provenientes dos processos de produção agrícolas dentro da propriedade rural, existem, também, outras formas de renda que ajudam a compor a Renda Total, tais como:

- *Rendas de Atividades Agrícolas fora da Unidade de Produção (Ragf)*: Somatório das rendas provenientes de trabalhos realizados para outros produtores, fora do estabelecimento do agricultor em questão. Estas rendas já estão apresentadas na forma líquida, uma vez que já são descontados as despesas com combustíveis e manutenção de máquina e equipamentos, dado que esse tipo de trabalho não se resume apenas em trabalhos braçais;
- *Rendas com Atividades não Agrícolas (Rna)*: Trabalhos exercidos fora da unidade de produção, na comunidade, localidade, ou no centro urbano do Município, tanto de caráter temporário como definitivo;
- *Rendas de Transferências Sociais (Rtrs)*: Resultante do recebimento de benefícios sociais, bolsas governamentais, repassados em forma de aposentadoria, pensões ou auxílio doença a algum membro da família;
- *Outras Fontes de Renda (Oufr)*: Rendas recebidas por locação de imóveis, equipamentos, ou maquinários, dinheiro recebido de familiares, pensões judiciais, etc.

A junção dessas fontes de renda resulta na Renda Total, dada pela seguinte expressão:

$$Rt = Ra + Ragf + Rna + Rtrs + Oufr \quad (08)$$

Com a mensuração da renda total dos estabelecimentos, o próximo passo é mensurar os cinco capitais que refletem os meios de vida das famílias. O cálculo se deu a partir do questionário constante no Apêndice 01, em relação ao item “Análise de sustentabilidade”.

Para o cálculo do Capital Natural os entrevistados eram questionados sobre questões relacionadas aos recursos naturais e ao uso da terra recebendo então pontos positivos e negativos. O somatório da pontuação resultava então no capital natural daquele estabelecimento.

Com o cálculo da renda total e da UTH é possível obter o capital financeiro dado a partir da divisão da renda total pela UTH e correspondendo a fração de 25%

do capital financeiro. Os outros 75% eram mensurados a partir da disponibilidade de poupança, seguro agrícola e bens que podem ser vendido em caso de dificuldade financeira, cada resposta positiva gerava um percentual de 25% de pontos para o capital financeiro.

A mensuração do capital humano é dada a partir do somatório de pontos referentes aos anos de escolaridades de todos os indivíduos residentes no estabelecimento, com valores variando de 0 (indivíduo analfabeto) até 14 (pós-graduados), multiplicado pela UTH total deste estabelecimento.

Em relação ao cálculo do capital social foi perguntado aos entrevistados conforme o questionário em Apêndice sobre a sua participação em associações, cooperativas, sindicatos e outros, além da participação na diretoria destas instituições. O somatório a respeito deste envolvimento compõe o capital social, as respostas positivas pontuavam 2 pontos e mais 1 ponto pela participação na diretoria, já as negativas não pontuavam.

Por fim para o cálculo do capital físico as entrevistas buscaram mensurar o valor total com equipamentos, máquinas e benfeitorias, este valor é dividido pela superfície agrícola útil. Os resultados eram ordenados em ordem decrescente sendo o maior valor correspondente a 100% para a escala do maior valor.

Mensuradas todas as variáveis tanto em relação a renda como relacionadas aos meios de vida foi possível então montar um modelo de regressão, sendo assim para este estudo o modelo estatístico de regressão será:

$$Y = \beta_0 + \beta_1\chi_1 + \beta_2\chi_2 \cdots \beta_k\chi_k + e \quad (09)$$

Onde:

Y = Variável dependente ou explicada, também chamada de endógena;

β_0 = Parâmetro constante, intercepto ou termo independente de variável;

β_1 = Inclinação de Y em relação à variável χ_1 , mantendo constante a $\chi_2, \chi_3 \dots$

χ_k ;

β_2 = Inclinação de Y em relação à variável χ_2 , mantendo constante as variáveis, $\chi_3 \dots \chi_k$;

β_k = Inclinação de Y em relação à variável χ_k , mantendo constantes as variáveis $\chi_1, \chi_2; \chi_3$;

χ = Variáveis explicativas do modelo; e

e = erro aleatório.

Determinado o modelo estatístico, o modelo que estima a influência dos capitais na formação da renda total é dado por:

$$RT = \beta_0 + \beta_1 * CFIN + \beta_2 * CHUM + \beta_3 * CSOC + \beta_4 * CNAT + \beta_5 * CFIS + e \quad (10)$$

Onde:

RT= renda total (reais/mil); β_0 = constante; $\beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5$ = parâmetros desconhecidos; CFIN = capital financeiro (ponto); CHUM = capital humano (ponto); CSOC = capital social (ponto); CNAT = capital natural (ponto); CFIS = capital físico (reais/mil) e, e = erro padrão.

Anterior às análises multivariadas são necessários alguns testes sobre as variáveis. Testes estes tanto para verificar a distribuição normal como também para identificar casos tendenciosos ou “observações atípicas”, que nada mais são do que observações com uma combinação única de características identificáveis como sendo notavelmente diferentes das outras observações.

Devido à variabilidade no impacto de observações atípicas, é imperativo que analisar os dados e detectar as mesmas para que se possa identificar o tipo de influência por ela exercido. Observações atípicas podem ser divididas em quatro tipos: A primeira surge de um erro de procedimento, a segunda ocorre como resultado de um evento extraordinário, a terceira ocorrência extraordinária para a qual não haja explicação visível, e a quarta está no intervalo usual de valores para cada variável, mas são únicas em sua combinação de valores entre as variáveis (HAIR *et. al*, 1998). O recomendado é a identificação e exclusão destes casos.

Por fim, para efeito de verificação dos dados o estudo realizou testes de Zassimetria, Zcurtose, Kolmogorov-Smirnov, verificando a distribuição normal das variáveis analisadas. Nos testes de Zassimetria e Zcurtose os valores dependem do

erro admitido, que neste caso será de 5%, de tal modo que os resultados não devem exceder 1,96. Já para o teste Kolmogorov-Smirnov os valores devem ser acima de 0,05, para tais parâmetros se considera que há distribuição normal e se admite as seguintes hipóteses:

H_0 = Distribuição normal

H_1 = Distribuição não normal

Os testes detectaram os outliers e verificaram a distribuição normal de todas as variáveis usadas no modelo de regressão.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DO PINHÃO

3.1 – Características Socioeconômicas do Município de Pinhão

O município do Pinhão está situado na Região Centro-Sul do Estado do Paraná. Foi criado em 15 de dezembro de 1964, desmembrado do município de Guarapuava. No ano de 2012, 48,35% do total de habitantes se encontravam na área urbana e 51,65% na área rural, a economia é predominantemente agrícola. O município possui uma extensão territorial de 2.001,60 km² de área, representando pouco mais de 1% da área do Estado (IPARDES, 2012).



Figura 02 – Mapa do Paraná com destaque ao Município de Pinhão

Fonte: IPARDES (2012)

Infelizmente, no caso do Município de Pinhão o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) do censo de 2010, não é nada satisfatório (0,654), se comparado a outros Municípios do Estado do Paraná, tais como Maringá (0,808), Francisco Beltrão (0,774), ou mesmo a Capital do Estado, Curitiba (0,823), colocando a cidade na 287^a posição no ranking social entre os 399 municípios paranaenses. (IBGE 2011).

Tabela 01 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, segundo Municípios do Território Cantuquiriguaçu – Paraná (1991/2000/2010)

Município	IDHM		
	1991	2000	2010
Campo Bonito	0.371	0.512	0.681
Candói	0.309	0.509	0.635
Cantagalo	0.334	0.516	0.635
Catanduvas	0.421	0.569	0.678
Diamante do Sul	0.332	0.488	0.608
Espigão Alto do Iguaçu	0.319	0.529	0.636
Foz do Jordão	0.363	0.516	0.645
Goioxim	0.227	0.446	0.641
Guaraniaçu	0.398	0.575	0.677
Ibema	0.374	0.531	0.685
Laranjeiras do Sul	0.464	0.598	0.706
Marquinho	0.228	0.433	0.614
Nova Laranjeiras	0.298	0.528	0.642
Pinhão	0.360	0.526	0.654
Porto Barreiro	0.327	0.544	0.688
Quedas do Iguaçu	0.420	0.593	0.681
Reserva do Iguaçu	0.490	0.554	0.648
Rio Bonito do Iguaçu	0.319	0.466	0.629
Três Barras do Paraná	0.402	0.568	0.681
Virmond	0.380	0.572	0.722
Curitiba	0.640	0.750	0.823
PARANÁ	0.507	0.650	0.749
BRASIL	0.493	0.612	0.727

FONTE: PNUD (2013)

O Censo Demográfico do IBGE do Ano de 2010 apontou no município 30.208 habitantes, dos quais 14.891 da população residem na área rural. Este fator populacional aliado a uma área de 1.178,59 km², ou seja, 58,88% do território municipal que é utilizado pela agropecuária resultam num perfil econômico agrícola.

Municípios relativamente pequenos, como por exemplo, o município de Pinhão, apesar de contar com receitas próprias, geridas de acordo com a legislação local, depende especialmente de repasses do governo Estadual e Federal para suprir necessidades básicas, como: saúde, educação e segurança pública. Somente com recursos próprios a administração pública municipal não consegue atender de forma eficiente uma população de aproximadamente 30.204 habitantes.

A Localidade de Pocinhos, objeto do estudo, está situada a 54 km da sede do município de Pinhão, às margens do Rio D'Areia. Em seu início a localidade era um vale de mata fechada e com poucos moradores, e foi na gestão do segundo prefeito de Pinhão, Juvenal Estefano (1964/1968), que as estradas foram abertas, melhorando a acessibilidade dos moradores à sede. A origem do nome se dá segundo ditos populares de que “um negro matou uma anta perto de um poço, então ele contava para todo mundo, matei uma anta naquele pocinho ali, ai ficou o nome de Pocinhos” (Oliveira, 2011).

A Associação de Desenvolvimento Comunitário do Vale do Rio D'Areia, situada na localidade de Pocinhos, foi fundada em vinte e quatro de maio de mil novecentos e noventa e oito, tendo por jurisdição o Distrito de Pinhalzinho. É constituída em forma de sociedade civil de direitos privados sem finalidade lucrativa, político-partidária ou religiosa, organizada exclusivamente para prestação de serviços sócio comunitários aos moradores. A Diretoria da Associação é composta pelos cargos de: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro (ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO VALE DO RIO D'AREIA, 2001).

A Comunidade de Pocinhos, segundo o Oliveira (2011) é formada basicamente por descendentes de imigrantes suíços, holandeses e alemães, e tem por principais atividades: a agricultura, a fruticultura, a extração de erva-mate e a venda de verduras. A localidade possui apenas uma escola mantida pela rede municipal de ensino, nela são atendidas cerca de quarenta e oito alunos em turmas multisseriadas até o quinto ano, além de uma turma de alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Tendo em vista que a grade estudantil oferta somente até o quinto ano, os alunos que possuem interesse em continuar os estudos devem se deslocar até outras localidades e/ou a sede do Município. Durante os sábados, no período matutino, professores da sede se deslocam até a comunidade para dar aulas aos matriculados no EJA.

As investigações de campo permitiram verificar as dificuldades da região, como: estradas de má qualidade, e em alguns trechos muito perigosas; deslocamento de alunos para completar os estudos; terrenos dobrados que dificultam a plantação de lavouras; problemas com escoamento da produção de frutas e verduras extremamente abundantes na região; falta de médicos e dentistas

para atender no posto de saúde da Comunidade. São esses alguns dos principais problemas verificados pela percepção do pesquisador durante as entrevistas de campo.

A Associação da comunidade, de acordo com o seu estatuto social prevê que, além de poder ser designada por uma sigla como entidade máxima de representação, reivindicação, coordenação e defesa dos interesses gerais dos moradores desta área, também, foi criada com o intuito de buscar:

Recursos institucionais disponíveis de âmbito Federal, Estadual, Municipal, oficiais e particulares, para a execução de suas diretrizes; Reivindicar aos órgãos públicos, melhorias, reparos, implantações dos serviços de infraestrutura e equipamentos urbanos; Promover Atividades que tenham como objetivo a atomização dos padrões de renda, saúde, educação, recreação, esporte, clube de mães, grupo juvenil, cursos para preparação profissional, planejamento das famílias de moradores do Distrito de Pinhalzinho (ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO VALE DO RIO D'AREIA, 2001).

Dentre as demais ações da Comunidade, cita-se especialmente a lavrada em Ata nº 63 da Associação pelo Senhor Darci Jocoski, Secretário da Associação, onde a mesma foi beneficiada com uma Patrulha Agrícola proveniente de convênio aberto através de Emenda Parlamentar de Deputado com Recurso Federal, sobre a qual se segue:

Aos dias vinte e cinco do mês de junho do ano de dois mil e onze, a Associação do Vale do Rio D'Areia recebeu uma patrulha nova, composta de trator, batedor, carreta e grade, de uma Emenda Parlamentar do Deputado Frangão, a patrulha foi entregue pelo Prefeito José Vitorino, Secretários Juca e João Pedro, a patrulha que era usada pela mesma associação foi entregue à Associação Vale da Cachoeirinha do Presidente João Antunes. A nova foi recebida pelo presidente Alexandre Rietmann, na recepção da Patrulha foi feito um almoço com churrascada. Sendo isso a relatar, encerro a presente Ata, onde assinamos. (Ata nº 63 – Associação do Vale do Rio D'Areia, 2011, p. 49)

A Associação do Vale do Rio D'Areia foi a única no Município de Pinhão, a ser beneficiada com uma Patrulha Agrícola completa através de convênio de Repasses Federais por intermédio de Emenda Parlamentar. Embora outras Comunidades tenham sido beneficiadas, durante a entrega as patrulhas foram divididas entre as demais comunidades, conforme necessidades, sendo a Associação do Vale do Rio D'Areia a única a disponibilizar uma Patrulha Agrícola completa.

3.2 – Recursos Próprios e do Tesouro

A redução das desigualdades regionais e promoção do equilíbrio socioeconômico estão ligadas aos investimentos públicos, originários das receitas federais arrecadadas pela União via recolhimento de impostos⁶. Uma parcela destas arrecadações é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Os repasses para os municípios estão previstos na Lei Complementar n.º 101/2000, Art. 25, como essas transferências estão destinadas às necessidades básicas, existe outra lei – Lei Complementar de n.º 87/96 - que regula e protege o direito do município em aumentar limites, prazos, critérios e demais condições para transferências de recursos por parte da União. O município solicita as transferências, que podem ser constitucionais, legais, automáticas, fundo a fundo e voluntárias.

Transferências constitucionais correspondem à parcela de recursos arrecadados pelo Governo Federal e repassados aos municípios por força de mandamento estabelecido em dispositivo da Constituição Federal. Dentre as principais transferências constitucionais destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR. Transferências legais são regulamentadas em leis específicas. Essas leis determinam a forma de habilitação, transferência, aplicação e prestação de contas; Transferências automáticas consistem no repasse de recursos financeiros sem a utilização de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito na conta corrente específica, aberta em nome do beneficiário; Transferências fundo a fundo caracterizam-se pelo repasse por meio da descentralização de recursos diretamente de fundos da esfera federal para fundos da esfera estadual, municipal e do Distrito Federal, dispensando a celebração de convênios; Transferências voluntárias são definidas como a entrega de recursos correntes a título de cooperação, auxílio, ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao SUS (ARVATE e BIDERMAN, 2004, p. 307).

É importante ressaltar, que o Governo Federal criou o “Portal da Transparência”, como uma fonte de pesquisa online de livre acesso de todos os cidadãos, visando proporcionar clareza nas ações referentes à repasse de recursos entre os entes federal, estadual e municipal.

3.3 – Outras Fontes

⁶ Os impostos indiretos estão incluso no preço de todos os produtos e serviços, já os impostos diretos, estes possuem guia de recolhimento e são retidos direto na fonte.

Segundo o senador Pedro Simon (2005) em seu “Manual de obtenção de recursos Federais para Municípios”, o órgão ou entidade municipal deve preceder da seguinte maneira:

1) avaliar suas necessidades nas diversas áreas, tais como saúde, educação, cultura, infra-estrutura, saneamento, etc; 2) verificar quais projetos, atividades ou eventos podem ser implementados no Município, identificando os Órgãos concedentes; 3) verificar se o orçamento do Município destinou recursos orçamentários em montante suficiente para a contrapartida (SIMON, 2005, p. 35).

A partir daí o Município deve se cadastrar e enviar a sua solicitação, com todos os documentos exigidos legalmente, através do Portal de Convênios, o SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse) instituído pelo Decreto nº 6.170/2007, cujas regras foram detalhadas pela Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008. Ambos já foram aperfeiçoados pelos Decretos nº 6.329/2007, nº 6.428/2008, nº 6.497/2008 e nº 6.619/2008 e pelas Portarias nº165/2008 e nº 342/2008.

O Município pode apresentar tanto um Plano de Trabalho, no caso de projetos, atividades ou eventos de duração limitada, ou um Plano de Atendimento, quando se referir à transferência de recursos caracterizados no Orçamento Geral da União como atividade, nas áreas de assistência social, médica ou educacional.

Após a solicitação, o Município deve aguardar a aprovação ou não do Plano. Caso aprovado, o Governo Federal exige alguns procedimentos antes da liberação do repasse, como: abertura de conta bancária; inclusão da receita e despesa na lei orçamentária municipal; realização do pré-empenho pelo órgão ou entidade da Administração Pública Federal; atendimento do proponente às exigências para efetivação do cadastro⁷ e inclusão do Plano de Trabalho no SICONV⁸ (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2009). A Figura 03 ilustra as fases do fluxo operacional de execução de convênios.

O repasse dos recursos federais segue algumas etapas, conforme apresentado na Figura 03, a primeira fase é de “Celebração”, fase na qual os convênios firmados com o Governo Federal, devem apresentar a documentação

⁷ Caso já não o tenha sido feito.

⁸ Caso não tenha sido enviada juntamente à proposta.

comprobatória de regularidade fiscal da instituição proponente, a comprovação da regularidade e condições de execução do convênio/contrato de repasse é efetuado mediante consulta ao sistema de informações do Governo Federal, ou apresentação da mesma junto ao órgão responsável. É também nessa etapa em que se define o valor do repasse, bem como a porcentagem deste, referente à contrapartida por parte do município, a qual, para municípios com até 50.000 habitantes, varia entre 2% e 4% do valor total do repasse (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2009). Segundo Amaral (2009) nesta etapa a Secretaria do Tesouro Nacional utiliza do Cadastro Único de Convênios (CAUC), criado pelo Governo Federal, onde é possível consultar a situação de adimplência do órgão convenente.

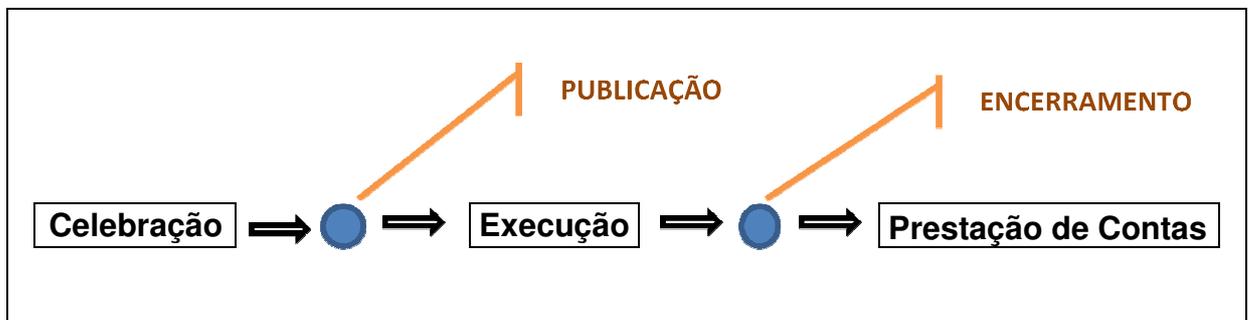


Figura 03 – Fluxo operacional de execução de convênios e/ou repasses entre municípios e o governo federal

Fonte: Elaborado pela autora

O ponto seguinte é a “Publicação”, que diz respeito à transição entre a fase Celebração e a fase Execução, pois antes de um convênio ser executado de fato, este deve obedecer à norma referente à sua publicidade, segundo a qual todos os convênios devem ser publicados em Diário Oficial.

A Fase seguinte, conforme apresentada na Figura 03, é a fase de Execução. Amaral (2009) aponta que no caso dos convênios com o Governo Federal é obrigatória a abertura de uma conta específica para o convênio e/ou Contrato de Repasse, essa fase será feita a partir do SICONV que concentra toda movimentação de recursos entre a entidade e seus fornecedores, através de transferências eletrônicas (TED) ou ordem bancária da conta bancária do concedente para a conta bancária do fornecedor ou prestador de serviço.

Para a liberação de recursos é necessário extrair o espelho do CAUC⁹, comprovando estar em dia com a prestação de contas de convênios (dados SIAFI¹⁰); adimplência com dívidas e tributos (CADIN¹¹); Adimplência com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A fase de Execução de Convênios e Contratos de Repasse é determinante para o Município, qualquer irregularidade é facilmente evidenciada neste ponto. Para Amaral (2009), o convênio poderá ser “Encerrado”, por cumprimento com o tópico seguinte da Figura 03, mediante conclusão (resultante do término da vigência do contrato); Denúncia – fato lesivo (rompimento unilateral do convênio pela administração); Rescisão amigável ou administrativa (por inexecução do projeto sem culpa, ou por não haver mais interesse na execução do mesmo) e por Extinção. Sob qualquer hipótese, é necessária a devolução dos saldos financeiros em até 30 dias, sob pena de instauração de tomada de conta especial por parte do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ocorrendo atrasos na execução do objeto dos convênios e/ou contratos de repasse, é necessário solicitar prorrogação do prazo de vigência inicialmente firmado, o qual deverá seguir acompanhado de justificativa. O pedido de prorrogação por parte do conveniente deve ser feito com antecedência de no mínimo 30 dias antes do término da vigência previamente determinada do convênio, sendo vedada a prorrogação após a extinção e/ou fim de prazo do mesmo.

A prorrogação é assegurada pelos art. 30 e 37 da Portaria Interministerial nº 127/2008, e deve ser formalizada por meio de Termo Aditivo, a fim de desfrutar das mesmas regras de publicidade, cabendo ao órgão concedente gerar o termo aditivo e, após sua assinatura registrar no SICONV. Caso o atraso se deva à liberação de recursos por parte do concedente, ocorrerá a chamada “prorrogação de ofício”, limitada ao período do atraso, prescindindo de parecer jurídico do concedente, e dispensando a necessidade de Termo Aditivo.

A etapa final, apresentada na Figura 03, é a de “Prestação de Contas”, para Amaral (2009), essa retrata a relação entre os recursos recebidos através de convênio e/ou Contratos de Repasse e os comprovantes de despesas apresentados,

⁹ CAUC - Cadastro Único de Convênios

¹⁰ SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

¹¹ CADIN – Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal

conforme Plano de Aplicação acordado. A não aprovação da prestação de contas de um dado convênio leva a uma situação de inadimplência para o Município.

Outro efeito da não aprovação na prestação de contas é a interrupção do repasse de recursos financeiros para todos os convênios em andamento, além da inviabilização da assinatura de novos convênios. Segundo o Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967, Art. 93, “quem quer que utilize dinheiro público terá de justificar seu bom e regular emprego na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes”. Feito isto o convênio se encerra com a análise e aprovação da Prestação de Contas Final.

No contexto do município de Pinhão este apresenta 89 convênios já liberados e/ou em andamento, num total de R\$ 6.278.832,80. O primeiro convênio registrado foi em 1996, quando o município entrou com uma solicitação ao Ministério da Educação para contribuir suplementarmente com recursos financeiros para manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental. O Ministério aprovou e liberou R\$ 69.100,00 para o Município de Pinhão (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL, 2012).

Segundo o Portal da Transparência do Governo Federal (2012), no período de 2010 a 2011 foram criados 10 novos convênios, somando um total de R\$1.638.350,00. A última Prestação de Contas Final realizada pelo Município de Pinhão foi de um convênio referente ao Ministério de Desenvolvimento Agrário em 22 de outubro de 2012, convênio este utilizado como parâmetro de análise para este estudo, o mesmo totalizava o valor de R\$110.000,00, e teve por objeto a aquisição de um trator agrícola novo, com as seguintes descrições:

[...] tração nas 4 rodas, de fabricação nacional, com motor diesel, potência mínima de 100 cv, com câmbio 12 velocidade a frente e 4 a ré, com comando duplo e sistema hidráulico de três pontos, com capota, arco de segurança, rodagem traseira 18.4x34, rodagem dianteira 14.9x24, com contrapeso dianteiro e traseiro (SICONV, 2012).

A justificativa apresentada pelo município para a liberação do convênio junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário através do SICONV foi que o município de Pinhão apresenta característica estritamente agropecuária e, por conseguinte, possui as dificuldades enfrentadas pelo setor, principalmente pela agricultura familiar:

Devido aos elevados custos de máquinas e equipamentos agrícolas, o aluguel dos maquinários agrícolas para prestação de serviços, pelos pequenos agricultores, sofreu acréscimo e seus lucros são quase que totalmente carreados para os proprietários. Diante de tal situação a Prefeitura Municipal de Pinhão pretende implantar o projeto Patrulha Mecanizada, que visa facilitar a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas de forma comunitária, através de associações de moradores das diferentes comunidades e também proporcionar o acesso dos pequenos produtores rurais à Patrulha Mecanizada Municipal que fará os serviços, a preços acessíveis, de plantio. Com a aquisição das mencionadas patrulhas os pequenos produtores rurais reunidos através de associação, poderiam ter condições de plantio e colheita da safra, maximizando os resultados em suas propriedades evitando assim o êxodo rural. O número de produtores rurais beneficiados será de 200 produtores sendo 50 diretos e 150 indiretos. (SINCOV, 2012).

As transferências são muito importantes, principalmente para municípios pequenos, como é o caso do Pinhão, sem elas o município não apresenta condições de se desenvolver, tanto economicamente, quanto socialmente. Os recursos complementam a receita e correspondem a uma oportunidade de incrementar suas atividades.

Investir em educação de qualidade, turismo e tecnologia é essencial para qualquer realidade, sem contar outros investimentos já realizados com recursos Federais. No caso do município de Pinhão tais transferências possibilitam a geração de empregos e renda principalmente oportunidades aos pequenos produtores rurais do município, a agregar valor à matéria prima produzida e a conseqüente valorização de seus produtos.

4. IMPACTO SOCIOECONOMICO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NA COMUNIDADE DE POCINHOS ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2013

4.1 – Especificidades e percepções do contexto amostrado

A pesquisa de campo realizada na comunidade de Pocinhos, situada a 50 Km da sede do Município do Pinhão, buscou, além de dados quantitativos que propunham a mensuração da renda e dos capitais, também dados qualitativos com a intenção de caracterizar a localidade e os estabelecimentos pesquisados segundo suas particularidades.

A caracterização qualitativa da região permitiu conhecer de forma mais ampla os dados coletados, bem como a aplicabilidade e eficiência da política pública implantada na região. Política está caracterizada pela “Patrulha Agrícola”, que consiste no fornecimento de um trator e implementos agrícolas adquiridos por meio de convênio federal com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Há que se notar que a formação da renda e a diversificação dos meios de vida é fortemente influenciada pelas características da região e da amostra apurada. A região apresenta características geográficas montanhosas, dificultando, ou em alguns casos, mesmo, impossibilitando o plantio de determinadas lavouras. Ver Figura 04.



Figura 04 – Relevo de paisagem da comunidade de Pocinhos

Fonte: Dados da pesquisa

Uma característica forte da região é a fruticultura e extração de madeiras, como eucalipto e pínus, além da extração da erva-mate que se apresenta como uma importante fonte de renda às famílias da comunidade.

A região é também muito rica em água, sendo contornada pelo Rio D'Areia, conforme pode ser observado na Figura 05, Imagem 02. Este fator oferece à localidade grande fertilidade ao solo, e como os próprios moradores descrevem é “uma região onde tudo que se planta, dá”, referindo-se à fertilidade do solo intrínseco às possibilidades de produção da região.



Figura 05 – Clima e recursos hídricos Comunidade de Pocinhos

Fonte: Dados da Pesquisa

A abundância de recursos hídricos gera peculiaridades neste espaço em relação ao clima, a região é muito fria e coberta por névoa boa parte do dia, como mostra a Figura 05, Imagem 03. Mesmo em alguns dias ensolarados, sol aparece na comunidade após o meio dia, esta característica faz com que o cultivo de produtos típicos de regiões quentes, tais como o café, o milho e o soja, por exemplo, não se desenvolvam adequadamente.

O clima mais frio e úmido não impede que os moradores desta localidade plantem arroz e milho, no entanto, a grande maioria dos plantios não são destinados para a comercialização, são apenas para o autoconsumo familiar. Raro são os agricultores que vendem sua produção, e na maioria dos casos mesmo o milho, plantado em grande quantidade, é destinado apenas ao consumo animal.

Durante a pesquisa foi possível verificar, também, que os poucos agricultores que trabalham com a venda de seus produtos agrícolas da unidade de produção, concentram esforços no extrativismo vegetal. As práticas de extrativismo

consistem basicamente na exploração do mercado da madeira, com a comercialização de pínus e eucalipto. Estas práticas requerem investimento de longo prazo, para o qual é preciso um capital considerável para manutenção e cuidado com as árvores durante os seis a sete anos até a poda.

A maioria dos agricultores trabalham com a extração da erva-mate, uma renda complementar com a qual as famílias contam a cada três a quatro anos, o ciclo de cultivo e colheita leva este tempo, visto que dependendo das técnicas de manejo este é o período de produção da árvore.

Mesmo com rendimentos em um período de tempo mais elevado o extrativismo vegetal da erva mate se torna atrativo, uma vez que não é necessário tantos cuidados e, conseqüentemente gastos, como ocorre no caso do pínus e do eucalipto. Alguns agricultores desta comunidade faziam parte de programas do governo onde recebiam as mudas de erva mate para plantar e vender, além de cursos na área da agricultura e produção agrícola. Entre o grupo amostrado somente dois estabelecimentos rurais participaram deste programa, ver Figura 06, Imagens 04 e 05.



Figura 06 – Cultivo de mudas de eucalipto e pínus feito por agricultor

Fonte: Dados da Pesquisa

Os viveiros para o cultivo das mudas de erva mate, objeto do programa, são mantidos pelos próprios agricultores, quando as mudas atingiam tamanho e idade ideal são vendidas para plantio, ver detalhes do cultivo na Figura 06. Além destas variedades plantadas na região, existe também um potencial de produção de frutíferas (laranja, ponkan, mexerica, limão, abacate, etc.), mas não há comercialização das mesmas.

A produção de frutas na comunidade atende apenas o autoconsumo das famílias, o excesso de produção se perde por falta de canais de comercialização. Apenas uma minoria de agricultores, pouco significativa, cadastrada nos programas governamentais consegue fornecer parte da produção para a merenda escolar. Assim, a maioria das frutas estragam no pé mesmo, outras são vendidas ou doadas para os vizinhos e familiares, e pouquíssimo é consumido, desperdiçando à capacidade produtiva da região.

4.2 – A formação da renda e a mensuração dos capitais

A caracterização da região foi necessária para entender como é formado a riqueza, assim é possível determinar a renda total do contexto amostrado, sendo assim o primeiro passo é levantar o montante gerado com a renda agrícola a partir da mensuração da produto bruto (PB) da amostra investigada. A constituição da Produto Bruto (PB) representa o montante monetário das vendas e a estimativa do autoconsumo, portanto, não corresponde necessariamente aos rendimentos do agricultor.

O autoconsumo entra na constituição do produto bruto por representar um valor em mercadorias consumido no estabelecimento e que não demanda desembolsos financeiros do agricultor para adquirir as mercadorias. Os valores líquidos recebidos pelo agricultor se referem à renda agrícola, que seria a fração de renda já descontadas todas as despesas para a geração do produto bruto. Ver Quadro 01.

Quadro 01 – Composição da Renda Agrícola Total Safra 2012/2013

Estatísticas descritivas						
Variável	Número de casos	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
SAU	22	1,81	77,50	555,39	25,25	23,29
UTH	22	1,13	4,50	45,22	2,06	0,76
PB	22	3.832,85	139.326,70	844.363,75	38.380,17	39.876,30
CI	22	625,95	7.293,76	69.729,10	3.169,50	1.893,68
K	22	48,33	24.723,33	87.923,24	3.996,51	5.353,82
DVA	22	20,00	180,00	1.390,00	63,18	38,45

Fonte: Dados da pesquisa, Safra agrícola 2012/2013.

A partir da amostra investigada foi possível determinar a riqueza gerada, bem como a área explorada. A análise dos valores apresentados no Quadro 01 permite verificar a composição da renda agrícola líquida, formada a partir de um produto bruto total de R\$ 844.363,75, dos quais R\$ 69.729,10 é destinado ao Consumo Intermediário (CI), que consiste nas despesas com insumos e defensivos, R\$ 87.923,24, com à depreciação de bens, maquinários e equipamentos e uma pequena fração com DVA R\$ 1.390,00, que corresponde aos pagamentos de sindicatos e associações.

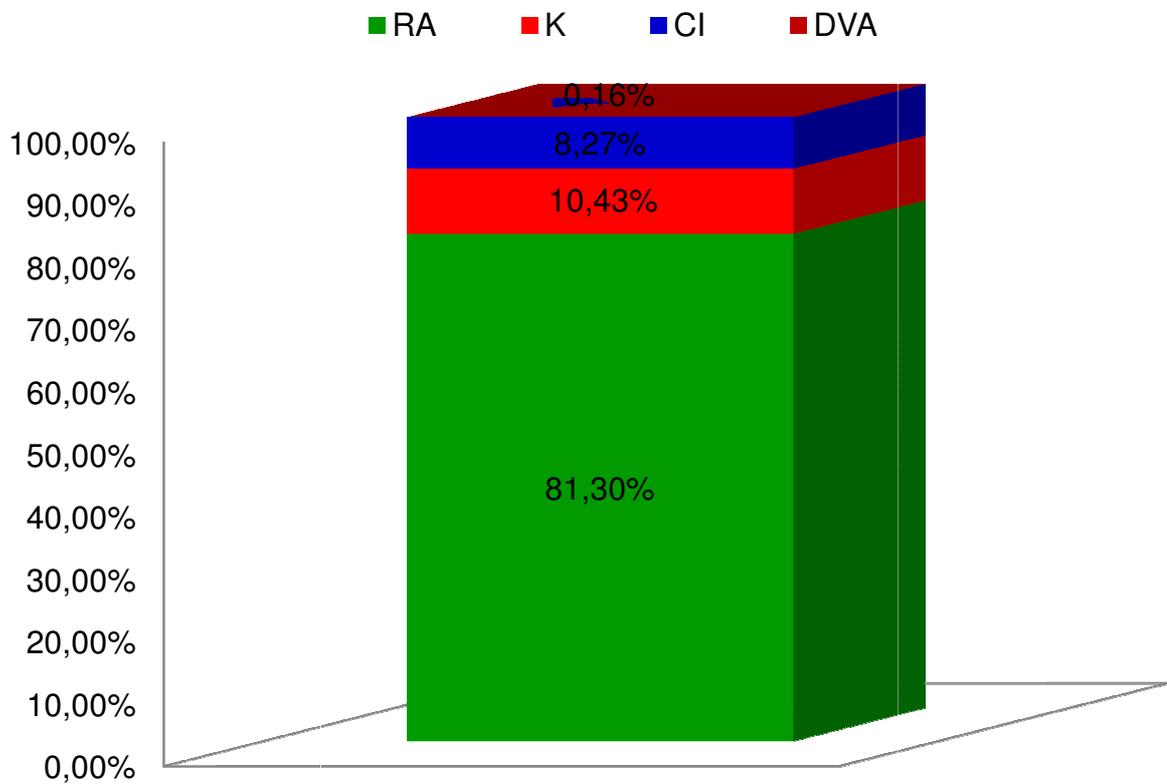


Gráfico 01 – Produto Bruto da Safra 2012/2013 distribuído percentualmente

Fonte: Dados da Pesquisa

A área de Superfície Agrícola Útil (SAU) total explorada na região é de 555,39 ha, uma média de 25,25 ha por agricultor, sendo que a SAU mínima foi de 1,18 ha, e a máxima 77,50 ha. O Quadro 01 ainda demonstra que em média existe em torno de 2,06 unidades de trabalho homem (UTH) por estabelecimento agrícola, o que corresponde em média a aproximadamente 618 dias de trabalho ao ano (considerando a variação de 0,5 e 1 UTH segundo idade de cada indivíduo,

conforme especificado na metodologia) sendo destinados as práticas agrícolas destes estabelecimentos. O Gráfico 01 resume os dados do Quadro 01.

Segundo Perondi *et. al* (2007):

Para se fazer um estudo detalhado e condizente com a realidade de uma propriedade agrícola é necessário a análise de vários fatores, entre eles: Produto Bruto (PB), Consumo Intermediário (CI), (...) Depreciação (K), (...) Divisor do Valor Agregado (DVA) e ainda Renda Agrícola (RA).

A distribuição dos valores com a receita produzida nas Unidades de Produção, para a Safra de 2012/2013, é apresentada nos percentuais expressos no Gráfico 01, percentualmente divididos entre Renda Agrícola, Depreciação, Consumo Intermediário e Distribuição do Valor Agregado.

A Renda Agrícola, conforme pode ser observada pelo Gráfico 01, compõe a maior parte do Produto Bruto da região, sendo de 81,16% o que corresponde a R\$ 685.321,41 dos R\$ 844.363,73 referentes ao Produto Bruto total da safra em questão, e diz respeito à remuneração do agricultor.

É interessante analisar que mesmo sendo uma região que destina muito pouco da sua produção à venda, ainda assim, tem sua Renda Agrícola correspondente a 81,16% do Produto Bruto total. Isso ocorre porque mesmo não comercializando a produção, o agricultor continua produzindo, mas para seu autoconsumo, e estes valores com autoconsumo entram na composição da renda agrícola, uma vez que o agricultor não realiza desembolsos financeiros para adquirir os produtos.

A Depreciação (K), ou seja, a perda progressiva de valor dos bens (máquinas equipamentos, instalações, etc) por seu uso ou obsolescência, totalizou R\$ 87.923,24, sendo 10,41% do PB. O Divisor do Valor Agregado (DVA), dado pelos serviços, mão de obra, juros, ITR e aluguel de terra, foi de R\$ 1.390,00, o correspondente a 0,16% do Produto Bruto. E por fim, o Consumo Intermediário (CI) dado pelos produtos e serviços utilizados na produção, estes foram de R\$ 69.729,09, ou seja, 8,26% do Produto Bruto. O Gráfico 02 mostra o percentual de cada atividade na composição do produto bruto.

Conforme anteriormente abordado nos procedimentos metodológicos pela expressão 03, o Produto Bruto (PB) é composto por Produto Bruto de Origem Vegetal (PBV), Produto Bruto de Origem Animal (PBOA), Produto Bruto de

Transformação Caseira (PBTC), Produto Bruto de Extrativismo (PBE) e Produto Bruto com Arrendamentos (PBA). A partir dos dados levantados com a pesquisa de campo, o Gráfico 02 demonstra que o produto bruto de transformação caseira (PBTC) corresponde à aproximadamente 1% do PB total, enquanto que o produto bruto oriundo de arrendamentos (PBA) corresponde à menos de 1% do PB total.

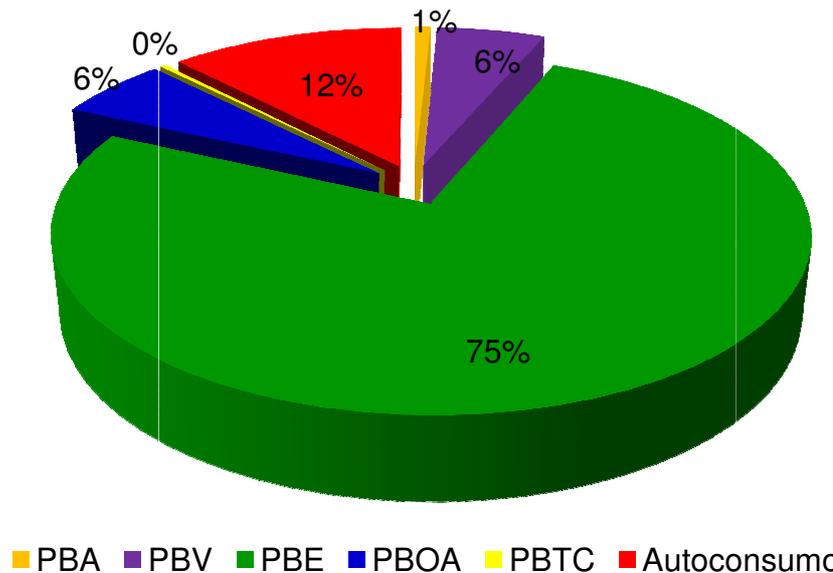


Gráfico 02 – Composição percentual do Produto Bruto da Comunidade de Pocinhos

Fonte: Dados da Pesquisa

O produto bruto de origem vegetal (PBV), juntamente ao produto bruto de origem animal (PBOA) correspondem ambos, a aproximadamente 6% do PB total. O autoconsumo corresponde a 12% do PB total, um percentual significativo quando comparado aos demais, isso ocorre principalmente porque não há comercialização da produção. O maior percentual do PB total é composto pelo produto bruto de extrativismo, uma das poucas culturas vendidas na região, que representa 75% do total, mostrando um grande potencial comercial na área do extrativismo.

A partir da mensuração da renda agrícola é necessário detalhar as outras fontes de renda que compõem a renda total dos estabelecimentos agrícolas. A formação da renda total depende dos trabalhos executados dentro e/ou fora da unidade de produção, e é o estudo individualizado de suas fontes que proporcionam a compreensão de como elas se distribuem entre as famílias e sobre suas especificidades. O Quadro 02 apresenta um resumo dos dados verificados e dos valores obtidos com a renda total.

Quadro 02 – Composição da Renda Total - Safra 2012/2013

Estatísticas descritivas						
Variável	Número de casos	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
RA	22	-915,56	135.131,92	685.321,40	31.150,97	36.472,01
RTRS	22	0,00	17.628,00	140.937,00	6.406,23	7.124,93
RAGF	22	0,00	8.136,00	11.136,00	506,18	1.760,38
RNA	22	0,00	21.000,00	38.416,00	1.746,18	4.647,78
OUFR	22	0,00	5.000,00	5.660,00	257,27	1.064,73
RT	22	2.084,44	135.971,92	881.470,40	40.066,84	37.401,79

Fonte: Dados da pesquisa

A formação da renda total (Rt), conforme descrita nos procedimentos metodológicos leva em conta todas as fontes de receitas que entram nos estabelecimentos agrícolas, ou seja, é composta pela Renda Agrícola (Ra), Renda com Transferências Sociais (Rtrs), Renda não Agrícola (Rna), Renda com Atividades Agrícolas com atividades fora da Unidade de Produção (Ragf) e Outras Fontes de Renda (Oufr).

Os valores obtidos com as diferentes fontes de renda, conforme apresentados no Quadro 02 demonstram a importância de cada uma das fontes de renda na composição da renda total. Este percentual de cada fonte de renda está resumido no Gráfico 03.

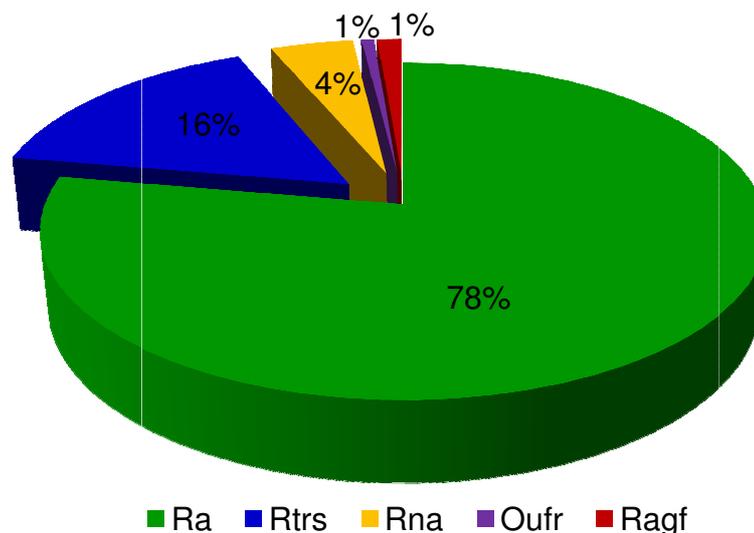


Gráfico 03 – Composição da Renda Total da Safra 2012/2013 distribuída percentualmente por suas fontes

Fonte: Dados da Pesquisa

A análise do Quadro 02 e do Gráfico 03 demonstra que a Renda Agrícola (Ra) é a principal fonte de renda dos estabelecimentos, totalizou R\$ 685.321,41, o correspondente à 78% da renda total. As Rendas com Transferências Sociais (Rtrs), ou seja, renda de benefícios sociais repassados pelo governo através de aposentadorias, pensões, auxílios doenças, e bolsas governamentais de assistência aos mais necessitados, somaram R\$ 140.937,00, sendo 16% da Renda Total.

Os valores com as rendas de transferências sociais são significativos visto que estas constituem a segunda maior fonte de receita e muitas vezes a principal fonte de renda de muitas famílias, asseguram a subsistência do agricultor e sua família em ocasiões de invalidez, problemas de saúde, ou mesmo redução de sua capacidade produtiva por conta do envelhecimento do agricultor.

As Rendas Não Agrícolas (Rna) são resultantes de atividades realizadas na própria comunidade ou em localidades afastadas, ou mesmo na sede municipal, oriundas principalmente de profissão permanente em emprego fixo, os valores com estas receitas somaram R\$ 38.416,00, o equivalente à 4% da Renda Total.

Os valores com Rna foram pouco expressivos, pois dos agricultores entrevistados foram raros os casos em que alguém na família desempenhasse alguma atividade não agrícola fora da unidade de produção. Além do que na maioria dos casos em que os filhos saem de casa para trabalhar, estes já não cooperam mais com a renda familiar, indo embora e arrecadando dinheiro apenas para o próprio sustento distante de sua família.

As Rendas com Atividades Agrícolas para fora da Unidade de Produção (Ragf), resultantes de trabalhos dos agricultores em estabelecimentos vizinhos foram de R\$ 11.136,00, compondo apenas 1% da Renda total. Este fator pode ser explicado em decorrência da amostra não ter como objetivo principal o mercado, produzindo para o autoconsumo, o que torna quase nula a demanda por mão de obra.

O baixo percentual de Rna e Ragf nestes estabelecimentos impede que as famílias rurais amostradas avancem na pluriatividade, a literatura revisada indica que famílias pluriativas apresentam percentuais de rendas mais elevadas e estão menos vulneráveis aos riscos e oscilações dos mercados. Em relação às Outras Fontes de Renda (Oufr), como rendas resultantes de aluguéis de máquinas, equipamentos e imóveis, e pensões ou ajudas monetárias recebidas de parentes, está totalizou R\$ 5.660,00 sendo de aproximadamente 1% da Renda Total.

A partir da mensuração e composição da renda total, o próximo passo deste estudo é mensurar os capitais existentes nos estabelecimentos para em seguida analisar os dados por meio do modelo de regressão multivariada dos determinantes da renda total. O modelo de regressão exposto nos procedimentos metodológicos considera a renda total da amostra como a variável dependente e os cinco capitais representam as variáveis independentes.

A partir dos 22 casos amostrados os testes estatísticos indicaram 4 casos como valores tendenciosos, sendo assim excluídos por se tratarem de observações atípicas. A literatura indica a exclusão destes casos anterior às análises, como forma de evitar que os resultados sejam tendenciosos. A averiguação de *outliers* e de distribuição normal de todas as variáveis do modelo de regressão. Estão resumidos no Quadro 03 abaixo.

Quadro 03 – Teste de distribuição normal e de casos atípicos

Teste de distribuição normal e de casos atípicos (outliers)					
Variável	Outliers	Testes			Hipótese Aceita
		Zassimetria	Zcurtose	Kolmogorov-Smirnov	
RT	11	1,366	0,940	0,322	H ₀
CNAT	–	-0,200	-0,266	0,949	H ₀
CFIS	15	0,989	0,241	0,707	H ₀
CHUM	14	0,347	-0,790	0,879	H ₀
CSOC	–	1,304	1,074	0,401	H ₀
CFIN	02	-0,192	0,030	0,666	H ₀

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como é possível verificar pelo Quadro 03 todas as variáveis apresentaram distribuição normal H₀ para os três testes, para isso foram excluídos 4 casos considerados atípicos, *outliers*. O Agricultor de número 11 foi excluído por apresentar Renda Total (RT) considerada tendenciosa, esta propriedade têm características básicas de subsistência, conta com aproximadamente 12 ha, e sua principal fonte de renda é o extrativismo de madeira e de erva mate, totalizando um rendimento de R\$ 131.625,00 anual, o restante de sua produção é totalmente utilizada para autoconsumo, não sendo comercializado nada além da madeira.

O Agricultor 15 foi excluído por apresentar Capital Físico (CFIS) tendencioso. Este estabelecimento conta com 12,5 ha dos quais apenas 2,495 ha são de Superfície Agrícola Útil (SAU), além de comercializar boa parte do que produz o produto bruto somou R\$ 19.084,65.

Um capital humano com valores atípicos foi encontrado no estabelecimento de número 14. Entre os integrantes familiares dois deles que já abandonaram os estudos concluíram até a oitava série, um deles completou o segundo grau, e dois ainda estudam, um na segunda série do ensino médio e outro na quinta série do ensino fundamental, hoje denominado sexto ano, este último ainda estuda na escola da comunidade.

Em média o grau de estudo se manteve em 9,25 anos para os moradores com mais de 14 anos no estabelecimento 14, ou seja, a média de estudos seria a primeira série do ensino médio, há que se notar que os integrantes mais novos da família continuam os estudos.

E por fim, o Agricultor 02, apresentou característica atípica no Capital Financeiro (CFIN), o estabelecimento apresenta duas casas e equipamentos totalizaram R\$ 5.100,00, de modo que possui vários equipamentos a serem vendidos em caso de necessidade, embora não possua seguro agrícola, mantém poupança para possíveis emergências, vende o que produz. Três gerações da família moram na mesma propriedade, um dos integrantes da família é cadastrado em um programa do governo para cultivo de mudas de pinus e eucalipto destinados ao plantio para extração.

Assim a análise de regressão foi gerada para um total de 18 casos. As variáveis estão descritas no Quadro 04.

Quadro 01 – Estatística descritiva para as variáveis independentes (capitais de acesso) e para a variável dependente (renda total) - Safra 2012/2013

Estatísticas descritivas						
Variável	Número de casos	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
RT	18	2.084,44	113.412,07	684.346,88	38.019,27	33.255,11
CNAT	18	0,00	18,50	177,00	9,83	5,29
CFIS	18	143,53	3.804,80	22.791,07	1.266,17	1.060,64
CHUM	18	3,38	81,00	620,82	34,49	23,73
CSOC	18	9,00	17,00	205,00	11,39	2,50
CFIN	18	0,99	80,16	784,35	43,58	19,20

Fonte: Dados da Pesquisa

O Quadro 04 considera as variáveis, excluídos os casos de *outliers*, conforme descrito anteriormente, demonstra que a Renda Total (RT) foi de R\$ 984.346,88, em média R\$38.019,27 por agricultor, o Capital Natural (CNAT) foi em média de 9,83

pontos por agricultor, o Capital Físico (CFIS) totalizou R\$ 22.791,07, em média R\$ 1.266,17 por agricultor. O Capital Humano (CHUM) foi em média de 34,49 pontos, Capital Social (CSOC) em média 11,39 pontos, e Capital Financeiro (CFIN) em média 43,58 pontos.

A comparação dos valores obtidos com os capitais somente é possível a partir da conversão dos valores expressos no Quadro 04 em uma escala única variando de 0 a 10. Para tanto o Gráfico 04 apresenta os valores convertidos com cada capital, permitindo assim a defrontação e a verificação do percentual de cada capital apresentado no contexto dos estabelecimentos amostrados.

A análise dos dados de cada variável independente, apresentada no Gráfico 04, já considera a exclusão dos outliers e permite verificar que o capital social apresentou maior pontuação em comparação aos demais, correspondendo a 67% em uma escala de 0 a 10. O capital social da amostra de agricultores demonstra o envolvimento significativo destes agricultores em associações, cooperativas, e demais entidades, o que é parcialmente explicado pelo fato de todos os entrevistados serem associados à Associação de Agricultores da Comunidade.

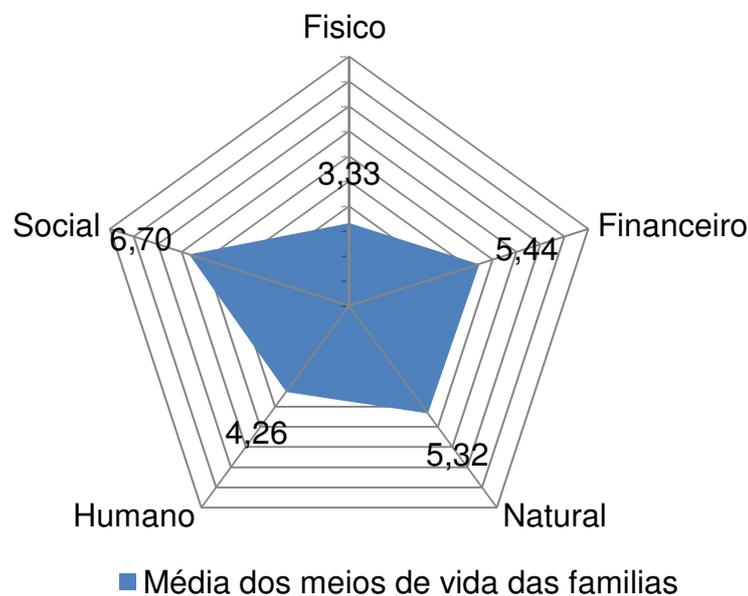


Gráfico 04 – Índice de sustentabilidade dos meios de vida para cada capital mensurado – Safra 2012/2013

Fonte: Dados da Pesquisa

Em seguida ao capital social, está o capital financeiro com o correspondente a 54,40% na escala de 0 a 10, o qual está relacionado às fragilidades, a partir do

qual são mensuradas pontuações com seguro agrícola, poupança e disponibilidade de bens que possam ser vendidos em eventuais necessidades financeiras, um maior capital financeiro representa menores vulnerabilidades e expressa as condições dos estabelecimentos colocarem em prática as suas atividades.

Já o capital natural totalizou 52,30% sendo o terceiro em grau de importância, diz respeito aos cuidados ambientais e com os fatores de produção, demonstra o uso adequado das práticas agrícolas nos estabelecimentos amostrados. O capital Humano por sua vez foi de 42,60%, é possível verificar que o capital humano reflete uma baixa escolaridade destas famílias.

O menor de todos os capitais verificados foi o capital físico, com apenas 33,33%, demonstra que os estabelecimentos amostrados não dispõem de elevada quantidade de máquinas e equipamentos. As máquinas e equipamentos dependendo do modelo de produção adotado são responsáveis em colocar em prática as técnicas de manejo.

O elevado capital físico também representa gastos com despesas de manutenção de máquinas e benfeitorias, além do percentual de depreciação. Dependendo das estratégias adotadas pelos estabelecimentos e do tamanho da área cultivada possuir um elevado capital físico se torna inviável devido aos custos de manutenção e depreciação.

As observações de campo permitiram verificar que na grande maioria os estabelecimentos se voltam à produção para o autoconsumo, ou então em práticas de extrativismo vegetal, nestes casos não requerem grandes quantidades de equipamentos e máquinas, uma vez que estes são dispensáveis no processo produtivo.

4.3 – O modelo de regressão multivariada

Precedendo a análise de regressão e a partir da identificação dos valores de cada variável é essencial testar a correlação existente entre as variáveis independentes e a variável dependente. As variáveis com maior correlação ao nível de significância de 5% serão as primeiras a serem inseridas no modelo. A Tabela 02 estabelece a correlação entre a renda total e os capitais.

Tabela 02 – Correlação entre a variável explicada (RT) e as variáveis explicativas (capitais de acesso)

CORRELAÇÃO 18 CASOS

	RT	CNAT	CFIS	CHUM	CSOC	CFIN	
RT	Correlação de Pearson	1	0,247	0,407	0,498*	0,377	0,487*
	Sig.(2extremidades)		0,323	0,094	0,035	0,123	0,040
	N	18	18	18	18	18	18

Legenda: *. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da Pesquisa

A existência de correlação ao nível de significância de 5% é verificada para as variáveis CHUM e CFIN, sendo que a variável CHUM foi a mais correlacionada com a variável explicada. Para as variáveis CNAT, CFIS e CSOC inexistiu correlação com a renda total ao nível de significância de 5%. A partir da correlação existente é possível gerar o modelo de regressão. Ver Tabela 03.

Tabela 03 – Coeficientes estatísticos para as variáveis explicativas em relação à renda total

Coeficientes^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	p	Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro padrão	Beta			Tolerância	VIF
1	(Constante)	13.946,34	12.603,28				
	CHUM	697,969	303,759	0,498	2,298	0,035	1,000

a. Variável dependente: RT

Fonte: Dados da Pesquisa

Os resultados apresentados na Tabela 03 evidenciam que o software SPSS excluiu os capitais natural, físico, social e financeiro por apresentarem valores acima do nível de significância estatística de 5%. Os capitais excluídos apresentaram níveis de significância de: $p = 0,553$ para o capital natural, $0,201$ para o capital físico, $0,452$ para o capital social e $0,093$ para o capital financeiro, valores superiores ao nível aceitável de significância de 5%, desta forma foram excluídos.

Em relação ao capital financeiro caso o modelo considerasse um erro de 10% este capital explicaria a renda total. Sabendo-se que somente o capital humano explica a formação da renda total, o próximo passo é montar o modelo, a tabela 05 apresenta os valores dos parâmetros.

Tabela 04 – Coeficientes estatísticos para as variáveis independentes (capitais de acesso) e a variável dependente (Rt)

COEFICIENTES VARIÁVEIS INDEPENDENTES								
ANOVA ^a				RESUMO DO MODELO				
Modelo		Média Quadrados	F	p	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão estimativa
1	Regressão	4.664.578.269,05	5,280	0,035 ^b	0,498 ^a	0,248	0,201	29.723,5
	Residual	883.485.384,93						

a. Variável dependente: RT

b. Previsores: (Constante), CHUM

Fonte: Dados da Pesquisa

O modelo de regressão apresentou, conforme mostra a Tabela 03 coeficiente de correlação R de 49,80% entre a variável preditora CHUM e a variável dependente Rt. O coeficiente de determinação R² ajustado demonstra que a variável CHUM explica 20,10% da formação da renda total.

Com base na Tabela 03 e 04 e a partir do modelo de regressão apresentado nos procedimentos metodológicos pela equação 04, o modelo fica resumido pela expressão 11 abaixo:

$$RT = 13.946,336 + 697,969CHUM \quad (11)$$

Assim, conforme verifica-se na expressão 11, o aumento de uma unidade de capital humano resulta em um aumento de R\$ 697,969 na renda total. A explicação da renda total pelo capital humano leva a importantes constatações oriundas do fato destes capitais serem apenas parâmetros para medir acesso aos recursos dos meios de vida e não necessariamente formadores diretos da renda. O modelo demonstra a relevância do capital humano, haja vista que este é uma ponte de acesso às oportunidades de rendas diferenciadas que requerem capacidades específicas para executar determinadas tarefas.

Apresentar um maior nível de capital humano além de estar relacionado com a formação da renda total é ter a oportunidade de superar dentro dos estabelecimentos rurais as privações de renda. De tal modo que as competências avaliadas pelo capital humano reintera a importância de desenvolver políticas públicas de incentivo à educação e capacitação dos agricultores, a fim de conduzi-los à redução de suas vulnerabilidades e possivelmente à redução da pobreza.

4.4 – Percepções em relação às principais dificuldades do contexto amostrado

As políticas públicas devem ser repensadas uma vez que muitas vezes não levam em consideração as especificidades da região, um exemplo se dá nos investimentos feitos com a patrulha agrícola, ou seja, os investimentos pautaram o capital físico, o qual não apresentou explicação da renda total. A partir deste contexto, as investigações de campo permitiram verificar a existência de algumas dificuldades da região e que deveriam ser analisadas no momento da implantação de políticas públicas, sendo as principais:

- **Estradas:** Em sua grande maioria de má qualidade, em alguns trechos muito perigosas, com falta de sinalização, muitos atoleiros, desmoronamento e má estrutura em pontes, tornando algumas localidades inacessíveis em períodos de chuvas contínuas. Ver Figura 07, Imagens 06 e 07.



Figura 07 – Estradas de acesso à Comunidade Pocinhos

Fonte: Dados da Pesquisa

Alguns trechos da estrada são muito estreitos, permitindo o trânsito apenas de mão única. Por se tratar de uma região montanhosa, há partes das estradas que contornam verdadeiros desfiladeiros, não há acostamento nem mesmo barra de proteção para os veículos, estes fatores impedem ou dificultam que os estabelecimentos adotem ou diversifiquem a sua renda.

- **Transporte Escolar:** Necessidade de deslocamento de alunos para completarem os estudos;
- **Relevo Acidentado:** Terrenos dobrados que dificultam a plantação de lavouras, e inviabilizam ou até impossibilitam a mecanização das mesmas, sendo importante a implantação de políticas de diversificação e implantação de culturas adaptadas à este tipo de relevo;
- **Escoamento da Produção:** Problemas com o escoamento e comercialização da produção, principalmente de frutas e verduras abundantes na região, ver Figura 08, Imagens 08 e 09. Parte a este fator estão ligados as condições precárias das estradas, à distancia da sede do município, ao pouco incentivo à comercialização da produção do pequeno agricultor, e ainda ao preço pouco interessante do mercado, resultando por vezes na preferência de comercialização e escoamento dos produtos à municípios vizinhos e/ou fronteiriços, por parte do pequeno agricultor;



Figura 08 – Horta de verduras de agricultores da Comunidade Pocinhos

Fonte: Dados da Pesquisa

- **Saúde:** Falta de médicos e dentistas para atender no posto de saúde da Comunidade, ocasionando precariedade no atendimento à saúde dos agricultores. Por não haver médicos capacitados e disponíveis para atender problemas relacionados ao trabalho rural, complicando ainda mais situações de emergência onde o indivíduo precisa se deslocar em média 50 Km até a sede para um atendimento, correndo vários riscos à vida ou mesmo complicações ao seu estado físico.

Estas, dentre outras observações, apontadas pelo grupo amostrado levantam direcionamentos para futuras políticas públicas que podem ser implantadas na região. Questionam ainda a eficiência da política pública implementada através da

patrulha agrícola por meio do repasse de trator e implementos agrícolas para a comunidade, quando a tantas outras carências ainda maiores, bem como, potencialidades econômicas não exploradas, e que continuaram congeladas mesmo com a chegada do trator e implementos para os agricultores.

Os resultados demonstraram que o capital físico não apresenta relação na explicação da renda total, as observações de campo permitiram verificar que os estabelecimentos agrícolas desta comunidade estão voltados em grande parcela ao autoconsumo e ao extrativismo vegetal, dispensando o uso de máquinas e equipamentos. De tal modo, convém uma última análise a respeito da eficácia da política implantada, na análise dos retornos gerados aos agricultores. Ver Gráfico 05.

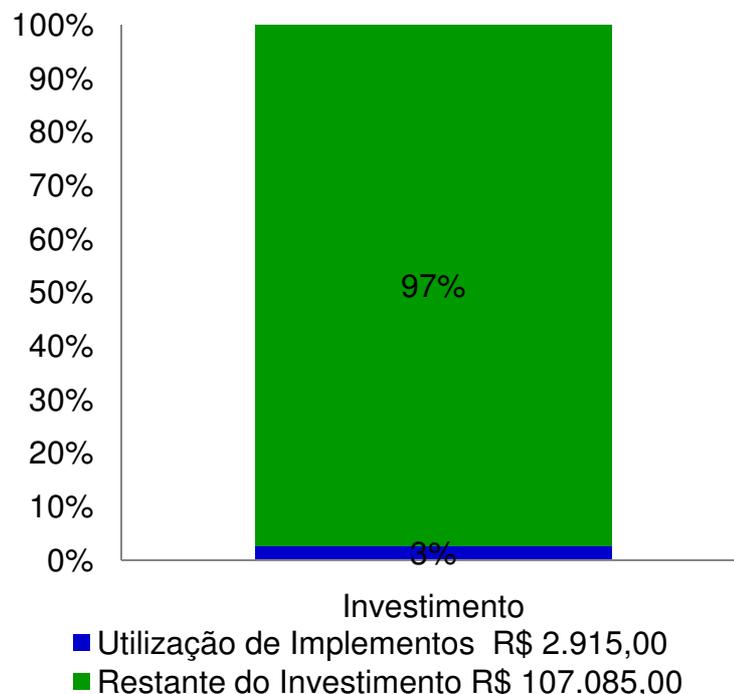


Gráfico 05 – Comparativo percentual entre gastos de uso e do investimento para aquisição trator e implementos agrícolas

Fonte: Dados da Pesquisa

Os valores percentuais pagos pelos agricultores com o uso da patrulha agrícola em relação ao investimento total estão expressos no Gráfico 05, demonstram um montante baixo gerado para a Safra 2012/2013, correspondendo à apenas 3% do valor investido para a aquisição do mesmo, ou seja, a R\$ 2.915,00, um valor consideravelmente baixo quando comparado com o investimento de R\$110.000,00 referente à compra do trator e implementos.

O valor pago pelos agricultores corresponde a em torno de 50% do valor pago pelo mesmo serviço de trator em caso da contratação de um particular, sendo assim significa que a patrulha agrícola gerou entre o grupo de associados uma economia de R\$ 2.915,00. O valor gerado pode ser considerado muito baixo e a partir destes resultados é possível verificar que muitas vezes as políticas públicas são implantadas segundo um padrão universal sem que sejam levados em consideração as reais necessidades e as potencialidades de uma região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região da Comunidade de Pocinhos, onde está situada a Associação de Agricultores do Vale do Rio D'areia, é uma região montanhosa e muito rica em água, apresenta um clima bastante frio, e durante o período do inverno, passa boa parte do dia encoberta por névoa. A maioria das famílias da região planta apenas para o autoconsumo, sendo pouquíssimos os agricultores que produzem para comercialização, fazendo pouco proveito do solo extremamente fértil da região.

Os levantamentos de campo possibilitaram mensurar as diferentes fontes de renda dos estabelecimentos investigados, bem como estimar os níveis de capitais existentes. Os dados demonstraram que a grande parcela da renda é formada a partir de um Produto Bruto resultante de atividades extrativistas, como a madeira e a erva mate, além de um percentual significativo de autoconsumo.

As adversidades enfrentadas pelos moradores da comunidade de Pocinho são imensas, assim como tantos outros agricultores de regiões rurais tão afastadas. Os questionados sobre as maiores carências da comunidade levaram a uma unanimidade de respostas em afirmar a má qualidade das estradas, uma estrada “ruim” impossibilita o acesso, dificulta o escoamento da produção e a comercialização dos produtos, dificulta ainda a chegada de serviços básicos de saúde e educação até a comunidade.

Visando proporcionar melhorias da renda das famílias da comunidade, por meio do aporte à produção agrícola, o município de Pinhão realizou uma política de investimento de capital físico na região, fornecendo através da Associação de Agricultores do Vale do Rio D'Areia um trator e implementos agrícolas, por meio de Contrato de Repasse com os entes Federais.

A análise desta política de investimento foi proposta a partir do objetivo deste estudo e por meio da hipótese 01, que sugere que o esforço em conseguir recursos gera impactos positivos sobre a população beneficiada. As constatações levaram a aceitação da hipótese 01, uma vez que foram mensurados ganhos de R\$ 2.915,00 com o uso do equipamento objeto dos recursos repassados, bem como promoveram o acesso das famílias a estes equipamentos.

Embora existam benefícios econômicos positivos com a implantação da política pública os resultados levam a questionar a sua eficiência ou a sua correta

aplicação, uma vez que os resultados geraram um montante de benefícios de somente 3% do valor do investimento. O que demonstra que os investimentos públicos devem levar em consideração estudos anteriores da região, apontando às áreas mais carentes e também as potencialidades, como forma de levar ao desenvolvimento e melhoria da condição de vida dos moradores beneficiados.

As percepções de campo apontaram que os moradores da Comunidade de Pocinhos estão satisfeitos com o repasse dos recursos, que na falta de equipamentos próprios dos agricultores, o maquinário propiciou que muitas atividades nas propriedades se tornassem possíveis. No entanto, vale destacar novamente que os recursos poderiam gerar um maior percentual de benefícios caso fossem direcionados para outras áreas e ou atividades com maior potencial, estas percepções comprovaram a hipótese 01 e cumpriram com o objetivo 01.

A mensuração da renda e dos capitais cumpriu com os objetivos específicos 02 e 03, bem como possibilitou testar a hipótese 02 a qual foi aceita parcialmente, pois os capitais apresentam relevância na explicação da renda total, no entanto nem todos os capitais explicam a renda total. O capital humano explicou a variação da variável renda total em 20% em torno de sua média, já o capital físico, objeto da política de repasses, não explicou a formação da renda. A comparação dos capitais com a renda total cumpre também o objetivo específico 04.

Os dados demonstram que apenas o Capital Humano apresenta influência na explicação da variação da renda total dos agricultores, o que comprova que um maior grau de formação dos indivíduos leva a um maior nível de renda. Abre assim um vasto campo em potencial para investimentos que visem sanar as dificuldades, reduzir as vulnerabilidades e a pobreza de regiões agrícolas, em especial no caso explanado para projetos de investimento através de convênios e contratos de repasse do setor público.

Embora a política de investimento aplicada pelo município tenha, de fato, beneficiado a comunidade que não dispunha de maquinário para demais serviços nas propriedades agrícolas, a sua eficiência pode ser questionada se o objetivo foi elevação de renda, uma vez que o capital físico não apresentou explicação em relação a variável renda. Bem como a implantação da referida política de repasse analisou erroneamente a capacidade produtiva da região, sem um estudo prévio aprofundado, que levariam a constatações sobre o potencial do extrativismo e do

cultivo de frutíferas e não na produção de lavouras, onde o recurso poderia ser redirecionado para atender a estas potencialidades.

Outro fator preponderante constatado e que potencializariam os efeitos de uma política pública, podem ser resumidos em investimentos na melhoria das condições de acesso, escoamento e comercialização da produção; incentivo ao mercado; acesso à programas e projetos de capacitação, buscando fortalecer o capital humano; projetos direcionados as potencialidades encontradas, como a produção de compotas de doces, incentivo ao plantio de árvores para o extrativismo, legalização e retomada de uma pequena indústria de processamento da cana de açúcar, que muito embora esteja desativada, muitos dos entrevistados afirmam ser uma fonte de renda que já se mostrou muito promissora, dentre inúmeras outras potencialidades encontradas na região.

A análise da região e as percepções a respeito das opiniões dos agricultores dependentes das políticas públicas para a melhoria das condições de vida demonstram que o acesso ao trator e implementos agrícolas pela comunidade, mesmo em detrimento de outras regiões que pudessem utilizá-lo de maneira mais eficaz e intensa, gerou seus efeitos positivos. Muitos são os agricultores que não tem acesso a este tipo de maquinário, e não seriam capazes de usa-lo de outro modo se não através deste repasse.

O estudo abre possibilidades para futuras pesquisas, que verifiquem de forma mais específica às potencialidades desta região, bem como investimentos em outras áreas como na agregação de valor, nas condições de acesso e mercado, ou ainda no fortalecimento do capital humano. Em relação ao capital humano uma das soluções seriam os investimentos nas chamadas “Casa Familiar Rural” para garantir a educação de qualidade dos jovens da comunidade. Os investimentos públicos devem acima de tudo levar em consideração as potencialidades da região, como forma de gerar impactos positivos na renda e na redução das vulnerabilidades, contribuindo para o desenvolvimento rural.

6. REFERÊNCIAS

AMARAL, Vera Lucia de Barros. **Roteiro para Elaboração, execução e acompanhamento de Convênios**. Elaboração: Assessoria de Convênios, Vera Lucia de Barros Amaral com a Colaboração dos Demais Membros da Equipe. 2009. Disponível em: https://uspdigital.usp.br/mercurioweb/Jsp/convenios/ajuda/Manual/Manual_V6m.htm?codmnu=300#_Toc247599163. Acesso em: 28/07/2013.

BIDERMAN, C.; ARVATE, P. **Economia do Setor Público no Brasil**. São Paulo. Ed. Campus, 2004.

BRASIL. **Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acessado em: 28/07/2013

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. Tradução Luciano Penteadó Miquelino. São Paulo: Thomson Learning, 2006. (Tradução da 6ª Edição Norte Americana; Título original: The Evolucion of Economic Thought).

COCHRAN, R.C.; ADAMS, D.C.; WALLACE J.D. et al. **Predicting digestibility of different diets with internal markers: evaluation of four potential markers**. Journal of Animal Science, v.63, p.1476-1483, 1986.

ELLIS, Frank. **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries**. Oxford University Press, 2000

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

HAIR, Joseph F; ANDERSON, Rolph E; TATHAM, Ronald L; BLACK, William C. **Ánalise Multivariada de Dados**. 5ª Edição, Ed. Bookman, 1998, Prentice-Hall, Inc

HOLANDA, Felipe Macedo de. **David Ricardo: Princípios de Economia Política e Tributação**. 1996, Ed. Nova Cultura LTDA, São Paulo. Disponível em: <PT.scribd.com/doc/7004034/David-ricardo-principios-de-economia-politica-e-tributacao>. Acesso em: 15/10/2013.

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. 14ª Ed, São Paulo: Atlas, 1984

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica**. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Campus, 1982 (Título original: History of Economic Thought: a critical perspective)

IBGE. **Paraná >Pinhão**. 2011. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411930&search=parana|pinhao>. Acessado dia 03/11/2012.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários: guia metodológico**. 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/analise-balanco-e-diagnosticos/file/57-guia-metodologicoanalise-diagnostico-de-sistemas-agrarios>. Acesso em: 02/09/2013

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Pinhão**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_municipios/pinhao2012.pdf. Acessado dia 12/03/2012.

JOSÉFI, Ivanês. **Apostila de estatística: Ciências Econômicas**. 2011, DEMAT Unicentro.

KEYNES. J.M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1936.

LACERDA, Antônio Corrêa de. et al. **Economia Brasileira**. 4ª ed. revisada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEITE, Sergio (Org). **Políticas Públicas e a Agricultura no Brasil**. 2ª. Edição. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2009.

LIMA. A.J.P. et al. **Administração da Unidade de Produção Familiar: modalidade de trabalhos com agricultores**. Ijuí: UNIJUÍ, 1995.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Manual da Legislação Federal sobre Convênios da União: Orientações aos Municípios**, 2009. Disponível em: http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/convenios_M_A/manual_convencios_final.pdf. Acesso em: 28/07/2013.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. In revista Estudos Avançados, volume 16, número 44, 2002. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados 2001.

NOÉ, Marcos. **População e Amostra**. Disponível In: <http://www.brasilecola.com/matematica/populacao-amstras.htm>. Acessado em: 13/08/2013.

OLIVEIRA, Rosane F. de. **Pocinhos: A terra onde tudo que se planta dá**. Jornal Fatos, 2011. Disponível em: <http://www.jornalfatos.com.br/modules/news/article.php?storyid=1802>. Acessado em: 24/07/2013

OLIVIERI, Antônio Carlos. **Liberalismo e democracia: As bases filosóficas da democracia**. 2005. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/liberalismo-e-democracia-as-bases-filosoficas-da-democracia.htm>. Acesso em: 01/06/2013.

PERONDI, Miguel Ângelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 239 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Porto Alegre: UFRGS. 2007.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. **Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida**. Revista Redes, Vol. 17, 2012

PINHEIRO, Laércio. **Convênios e Contratos de Repasse**. 2011. Disponível em: <http://laerdiopinheiro.blogspot.com.br/2011/02/convenios-e-contratos-de-repasse.html>. Acessado em: 11/08/2013.

PLOEG, JanDouwe van der. **El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización**. In: GUZMAN, E.S; MOLINA, M.G. de (Eds). Ecología, campesinato y historia. Madrid: La Piqueta. pg. 153-195. 1993.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta>. Acessado em: 11/08/2013.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. **Convênios por Estado/Município: PR Pinhão** Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/ConveniosLista.asp?UF=pr&Estado=parana&CodMunicipio=7765&Municipio=PINHAO&CodOrgao=&Orgao=&TipoConsulta=0&Periodo=>. Acessado dia 02/05/2012.

PORTAL DE CONVÊNIOS. **Perguntas e Respostas mais frequentes**. Disponível em: <https://www.convenios.gov.br/portal/FAQ-PortaldosConvenios.html>. Acessado em: 11/08/2013

SCHNEIDER, S. **Reflexões sobre diversidade e diversificação da agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural**. R U R I S, Vol. 4, n.1, março 2010.

SCOONES, Ian. **Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis**. IDS working paper, Brighton, n. 72, p. 1-22, 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SIMON, Pedro. **Manual de obtenção de recursos federais para município**. 2005. Disponível In: <http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/psimon/livros/livro030.pdf>. Acesso em 02/05/2012.

SICSÚ, João; VIDOTTO, Carlos. **Economia do desenvolvimento: teorias e políticas keynesianas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SILVA JR, Gilson Lopes da. **A lei dos pobres 1601: primeira lei assistencialista e política de bem estar social**. 2012. Disponível em: www.webartigos.com/artigos/a-lei-dos-pobres-1601-primeira-lei-assistencialista-e-politica-de-bem-estar-social/101885/. Acesso em: 15/10/2013.

SINCOV. **Consultar Pré-Convênio/Convênio (Contrato de Repasse 741136/2010)** Disponível em: www.convenios.gov.br/siconv/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDePropostaDetalharProposta.do?idProposta=315087&destino=&idConvenio=111376. Acessado dia 03/11/2012.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Socioeconômico**. Atlas, 3ª Ed, São Paulo, 1997.

SOUZA, Rainer Gonçalves. **Liberalismo**. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com.br/historiageral/liberalismo.htm>. Acesso em: 01/06/2013.

TERNOSKI, S. PERONDI, M. A. Variáveis que explicam a Renda Familiar dos Cooperados de Crédito Rural nos Municípios de Guamiranga e Prudentópolis no Paraná, **In 51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER 2013**. Disponível em: < <http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.3>>. Acesso em 13 de Agosto de 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Em busca da modernidade Social**: uma homenagem a Alexander V. Charyanov. In Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. (Org.). **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. 2004. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>. Acesso em: 30/11/2013.

(ESPAÇO COM O LOGO E IDENTIFICAÇÃO DA IES)

DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO

Pesquisa de Graduação do Curso de Ciências Econômicas da UNICENTRO

Entrevistador: _____ Agricultor: _____
Data: ____/____/2012 Telefone: _____

ESTRUTURA FUNDIÁRIA, CAPITAL E PRODUÇÃO

1) Estrutura Fundiária

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma
		De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro	

- 1.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?
- 1.2) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

2) Atividades de produção vegetal – roça **[Ano agrícola de Agosto 2012 a Junho 2013]**

Especificação	Destino da Produção (quantidades e preço obtido)		
	Venda e/ou Comércio		Para o Consumo Familiar
	Quantidade	Valor/Unidade (R\$)	
Batata – Doce			
Cana Açúcar			
Feijão			
Fumo			
Mandioca			
Milho			
Soja			
Trigo			
Triticalhe			

Legumes e Verduras	Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em horta]	
		Não precisa
Quanto valem os produtos que são retirados da HORTA, para o CONSUMO FAMILIAR em R\$/ano?		

Frutas **[Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em pomar]**

Uva		Não precisa
Pêssego		Não precisa
Laranja		Não precisa
		Não precisa
Quanto valem os produtos que são retirados do POMAR, para CONSUMO FAMILIAR em R\$/ano?		

3) Aquisição de insumos para produção vegetal **[Ano agrícola de Agosto 2012 a Junho 2013]**

Especificação	Valor Total Pago
Sementes, adubos, mudas, defensivos, calcário, Agrotóxicos, formicidas, Pedido Fumo, Afubra, etc	

Combustíveis	
Óleo diesel na unidade de produção	
Gasolina para interesses de produção	
Gasolina MotoSSera	

Reflorestamento e extração de madeira

Especificação	Venda e/ou Comércio		Para o Consumo Familiar
	Quantidade	Valor	
Eucalipto			
Pínus			
Araucária			
Erva Mate			
Lenha			
S A U Total			
Matas e Florestas Naturais			
Benfeitorias casa, estábulo, etc)			
Terras inaproveitadas			
Área Total			Não precisa

4) Efetivos animais disponíveis [Ano agrícola de Agosto 2012 a Junho 2013]

Inventário das Criações Raças – categorias	Quantidade	Valor/ Unidade	Animais Vendidos nº	Preço Animais Vendidos	Consumo Familiar
Bovinos de Leite					
Vacas					
Bovinos de corte					
Touros					
Novilhos					
Terneiros					
Bois para trabalho					
Aves					
Frango de corte					
Galinha caipira					
Marrecos e/ou Patos					
Suínos					
Suínos (reprodutor)					
Matrizes (criadeira)					
Suínos					
Leitão					
Ovinos/Caprino					
Eqüinos					
Abelhas					

5) Produção animal [Ano agrícola de Agosto 2012 a Junho 2013] [Produção por dia, semana, mês ou ano]

Especificação	Quant. Prod./Unidade	Quant. Vend.	Preço de Venda	Consumo Familiar
Leite				
Ovos				
Mel				
Peixes				

6) Insumos das atividades de produção animal [Ano agrícola de Agosto 2012 a Junho 2013]

Especificação	Valor Total Pago
Sal mineral e sal comum, rações (gado, frango, peixe, suínos) Milho Farelo, Vitaminas, Antibióticos, vermífugos, carrapaticidas desinfetantes	

7) Listar produtos processados ou beneficiados [Ano agrícola de Agosto 2012 a Junho 2013]

Produto produzido	Quantid Produzida/Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida p/Família
Queijo				
Salame				
Vinho				
Banha				
Schmier				
Conservas				
Manteiga				
Massa caseira				
Pão				
Sabão				

8) Listar a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira (Somente o que for comprado) [Ano agrícola de Agosto 2012 a Junho 2013]

Especificação	Valor Total Pago
Açúcar, coalho, tripas, soda, embalagem, farinha, etc.....	

9) Benfeitorias e instalações (levantar todas disponíveis no estabelecimento)

Especificação	Quantid	Idade do Bem	(1) alvenaria (2) madeira (3) mista*	Área construída em m ²	Valor Aproximado em R\$ (Hoje)
Aviários					
Casas de empregados					
Estábulo					
Estufa plástica					
Estufa fumo					
Galinheiro					
Galpões/armazéns/paiol					
Pocilgas/chiqueiro					
Poços artesianos					
Secadores leite fixo					
Silo					
Outros (especificar)					
Casa Propria					

10) Máquinas e equipamentos [Ano agrícola de Agosto 2012 a Junho 2013]

(levantar informação sobre o modelo do veículo/trator

Especificação	Quantidade (*)	Vida útil restante	Valor atual
Caminhão/Veículo utilitário (com menos de 20 anos-1992)			
Mercedes 608			
Caminhonete Ford F1000 até F4000			
Tração Animal em Juntas (Bois, Cavalos e Mulas)			
Trator 01			
Trator 02 > 80 Hp			
Microtrator			
Equipamentos (com menos de 15 anos-1997)			
Arado de tração animal			
Arado de tração mecânica			
Capinadeira de tração animal			
Grade aradora de tração animal			
Grade de tração mecânica			
Semeadora de tração mecânica			

Plantadeira de tração mecânica para o plantio direto			
Semeadora de tração animal			
Ensiladeira			
Roçadeira			
Carreta agrícola			
Pulverizador tracionado			
Pulverizador costal motorizado			
Pulverizador costal manual			
Ordenhadeira			
Resfriador de leite			
Motor elétrico			
Bomba de água			
Engenho de cana			
Triturador de cereais			
Carroça			
Picador de pasto (forrageiras)			
Máquina de costurar fumo			
Outros (especificar)**			

(*) **Quando houver algum sócio:** Divida o número de máquinas pelo número de sócios.

(**) **Saber quantidade e valor de:** ancinhos, caixas para colheita, enxadas, enxadões, foices, machados, pás, picaretas, saraquá.

DESPESAS: Despesa com mão-de-obra contratada no último ano agrícola? [Agosto 2012 a Junho 2013]

1 () Sim 2 () Não 3 () Não sabe

Formas de contratação	Nº. de pessoas ou máquinas	Número de dias trabalhados no ano ou mês	Valor total pago (R\$) (*)
01 Assalariado permanente agrícola (**)			
02 Trabalho agrícola temporário (**)			
03 Empreitada agrícola (**)			
04 Contratação de Serviços de Plantio, Cultivo, Pulverização, Colheita		n/h Assoc n/h Particular	
05 Troca de Dia de Trabalho			

(*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.

(**) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

12) Outros gastos (valores anuais) [Ano agrícola de Agosto 2012 a Junho 2013]

Discriminação	Valor R\$ (indicar se é por mês ou ano)
ITR – Imposto da Terra	
Contribuição Sindical (mensalidade/anuidade)	
Luz elétrica	
Gás (GLP) somente para propriedade	
Água encanada (taxa, etc)	
Telefone para fins produtivos	
Oleo diesel p/prestar serviço externo (não contido no item 6)	
Gasolina p/prestar serviço externo (não contido no item 6)	
Consertos de equipamentos em serviço externo	

FAMÍLIA E TRABALHO

13) Composição da família (Informar todos os componentes da família que estão na propriedade)

Nome	Sexo (M/F)	Relação com o chefe (A)	Idade	Tempo de Trabalho (B)	Estado civil (C)	Escolaridade (D)

(A)	(B)	(C)	(D)
1 Resp/Chefe	1 Tempo integral na UP (*)	1 Casado	0 Não alfabetizado
2 Cônjuge	2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP	2 Solteiro	1 Primeira série – 1º Grau
3 Filho	3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico	3 Viúvo	2 Segunda série – 1º Grau
4 Filha	4 Tempo-parcial na UP + Estuda	4 Divorciado	3 Terceira série – 1º Grau
5 Genro	5 Tempo integral fora UP (*)	5 Outros	4 Quarta série – 1º Grau
6 Nora	6 Somente trabalho doméstico		5 Quinta série – 1º Grau
7 Netos	7 Somente estuda		6 Sexta série – 1º Grau
8 Pai	8 Criança menor de 7 anos		7 Sétima série – 1º Grau
9 Mãe	9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP		8 Oitava série – 1º Grau
10 Avô	10 Desempregado		9 – Primeira série – 2º Grau
11 Avó	11 Não trabalha porque é deficiente ou inválido		10 – Segunda série – 2º Grau
12 Irmão	12 Outro (qual ...)		11 – Terceira série – 2º Grau
13 Irmã	ATENÇÃO: Entrevistador, quando a <u>legenda B</u> não tiver as alternativas informadas pelo agricultor FAÇA anotações paralelas.		12 – Universidade incompleta
14 Outros			13 – Universidade
			14 – Pós-graduação

(*) Considerar tempo integral de trabalho igual a 300 dias/ano

14) Há aposentados e/ou pensionistas na sua família?

1 Sim () 2 Não () 3 Não sabe ()

14.1 Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola [Ano agrícola de Agosto 2012 a Junho 2013]?

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício (A)	Número de meses em que recebeu o benefício	Valor mensal recebido (R\$) (*)
Códigos (A) 1) Aposentadoria (2) Pensão (3) Ambos (4) Auxílio doença (5) Bolsas Governamental			

RENDAS

16) Quais outras fontes de renda a família contou no último ano agrícola [Agosto 2012 a Junho 2013]

Tipos de rendas (Não = 0 e Sim = 1)	Valor (R\$) total recebido
() Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
() Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
() Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
() Pensões judiciais	
() Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
() Juros de aplicações financeiras ou poupança	
() Outras rendas (especificar)	

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE

Nome do indivíduo	Relação com o chefe (A)	Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (*)		Em atividades agrícolas FORA da UP (**)		Posição (D)	Remuneração em R\$ [indicar p/mês]
		Nº dias	Localização (B)	Nº dias	Localização (C)		

15) Localização e número de dias trabalhados em atividades não-agrícolas e em atividades fora da UP [Ano agrícola de Agosto 2012 a Junho 2013]

(B)		(C)		(D)	
Cód	Local exercício atividades para-agrícolas	Cod	Localização das atividades não-agrícolas	Cod	Posição na ocupação
1	No domicílio	1	No domicílio ou na UP	1	Empregador
2	No domicílio de vizinhos	2	Na localidade/comunidade onde reside	2	Empregado
3	Na própria unidade de processamento	3	No centro urbano do próprio município	3	Ocupação p/conta própria
4	Na unidade de processamento coletiva	4	Em outro município	4	Outra ocupação
5	Na unidade de processamento de 3ºs	(*) Atividades Para-Agrícolas: envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor.			
6	Outro local				

(**) **Atividades Agrícolas:** envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

(***) As demais atividades são consideradas **Atividades Não-Agrícolas**

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

18) Obteve financiamentos no último ano agrícola [Ano agrícola de Agosto 2012 a Junho 2013]?

1 Sim () 2 Não () 3 () Não sabe/não respondeu

20.1) Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):

Finalidade (A)	Fonte (B)	finalidade do financiamento	Valor (R\$)	Taxa de Juros	Valor da prestação (R\$)
(A)		(B)			
1 Custeio	1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7. Pronaf		
2 Comercialização	2 Cooperativas	5 Vizinhos	8. Programa do estado		
3 Investimento	3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros		

ANALISE DE SUSTENTABILIDADE

Capital Natural

Cada "sim" conta pontos positivos

- Rotação de culturas: _____ () Sim () Não P1
Consortio de culturas: _____ () Sim () Não P1
Adubação orgânica: _____ () Sim () Não P1
Controle alternativo de insetos e doenças: _____ () Sempre () As vezes () Nunca P1
Adubação/cobertura verde: _____ () Sempre () As vezes () Nunca P1
Plantio direto: _____ () Sim () Não P1
Terraceamento/curva de nível nas áreas não planas: _____ () Sim () Não P1
Embalagens dos produtos são recolhidas: _____ () Sim () Não P1
Acesso de água para os animais em bebedouros ou depósito de água: _____ () Sim () Não P1
Intensidade de pastejo esporadicamente sobrando ou melhor: _____ () Sim () Não P1
Reflorestamento para preservação: _____ () Sim () Não P1
Área de mata igual ou superior a 20% da propriedade: _____ () Sim () Não P1
Nascente/poço protegida (o): _____ () Sim () Não P1
Lixo doméstico é recolhido: _____ () Sim () Não P1
Fossa séptica: _____ () Sim () Não P1
Se não, a fossa simples é coberta: _____ () Sim () Não P0,5

Cada "sim" conta pontos negativos

- No último ano agrícola, cultivou a mesma cultura consecutivamente: _____ () Sim () Não P1
Utiliza grade, arado ou escarificador: _____ () Sim () Não P0,5
Teve problemas com erosão no último ano: _____ () Sim () Não P1
Açude sobre curso d'água ou banhado: _____ () Sim () Não P1
Fez extração recente nas florestas naturais que não pra autoconsumo: _____ () Sim () Não P1
Resíduos de saneamento direto no ambiente: _____ () Sim () Não P1

Capital Físico

O "valor da resposta" soma como pontos positivos

Hectares de SAU disponível: _____
Capital de benfeitorias máquinas e equipamentos em R\$ por ha da SAU: _____

Capital Humano (saúde, habilidades, educação)

O "valor da resposta" soma como pontos positivos

UTH disponível por ha da SAU: _____
Média de anos de estudo, das pessoas com mais de 14 anos: _____
Porcentagem de pessoas com mais de 18 anos que terminaram o segundo grau: _____
Porcentagem de pessoas que praticam algum esporte ou atividade física regularmente: _____

O "valor da resposta" soma como pontos negativos

Porcentagem de pessoas com menos de 16 anos que não estudam: _____
Porcentagem de pessoas sedentárias (não praticam nenhuma atividade física): _____
Quantas pessoas da família tomam medicação de uso contínuo: _____
Quantas pessoas da família são fumantes: _____

Cada "sim" conta pontos positivos

- Possui plano de saúde: _____ () Sim () Não P1
Acompanhamento médico regular: _____ () Sim () Não P1

Capital Financeiro (dinheiro guardado, jóias):

O "valor da resposta" soma como pontos positivos

Renda total dividido pela UTH total disponível: _____
Renda agrícola dividido pela UTH agrícola total: _____

Cada "sim" conta pontos positivos

- Possui poupança/outro tipo de aplicação: _____ () Sim () Não P1

Possui algum bem que possa ser vendido em alguma dificuldade financeira: _____ () Sim () Não P1
Possui seguro agrícola: _____ () Sim () Não P1

Capital Social (associações):

Cada "sim" conta pontos positivos

Participa da Igreja: _____ () Sim () Não P1
Faz parte da diretoria/conselhos: _____ () Sim () Não P0,5
Participa do Clube de mães na comunidade: _____ () Sim () Não P1
Faz parte da diretoria: _____ () Sim () Não P0,5
Participa de Festas na comunidade: _____ () Sim () Não P1
Faz parte da diretoria/conselhos: _____ () Sim () Não P0,5
Participa da Associação de agricultores: _____ () Sim () Não P1
Faz parte da diretoria: _____ () Sim () Não P0,5
É sócio do Sindicato Rural/dos Trabalhadores Rurais: _____ () Sim () Não P1
Faz parte da diretoria: _____ () Sim () Não P0,5
Participa de Conselhos na comunidade, bairro ou município: _____ () Sim () Não P1
Participa de Cooperativas: _____ () Sim () Não P1
Faz parte da diretoria/conselhos: _____ () Sim () Não P0,5
Participa de ONGs: _____ () Sim () Não P1
Faz parte da diretoria: _____ () Sim () Não P0,5
É filiado em Partidos políticos: _____ () Sim () Não P1
Faz parte da diretoria/conselhos: _____ () Sim () Não P0,5
Participa de Atividades de lazer, clubes de esporte: _____ () Sim () Não P1
Faz parte da diretoria: _____ () Sim () Não P0,5
Outra atividade: _____ () Sim () Não P1

QUESTÕES SOBRE POLÍTICA DE INVESTIMENTO

- 01). Tem conhecimento da disponibilidade dos **recursos federais** _____ () Sim () Não
- 02). Tem conhecimento de que já estava sendo beneficiado por estes recursos _____ () Sim () Não
- 03). Quais os benéficos constatados?
- 04). Cite 02 ou 03 áreas que ainda precisam ser atendidas
- 05). Qual a Principal carência da Comunidade?